

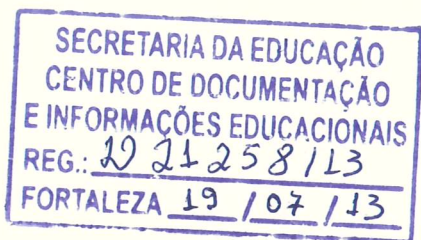
**PROFESSOR,
É TEMPO DE
DISCUTIR
O ENSINO
CEARENSE.**

**O GOVERNO
VAI OUVIR.
PARTICIPE.**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÕES
EDUCACIONAIS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
FIC 30 313813
FORTALEZA 19 104 113

RELATÓRIO GERAL 1985



E 6

P 5

Cx 1

ex. 4

RELATÓRIO GERAL
1985

080

CEARÁ – Secretaria de Educação do Estado.

C. 387c

Encontro Ouvindo a Escola – Relatório Geral – Fortaleza, 1985.

80 p.

1 – Relatório

2 – Título

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
I – INTRODUÇÃO	13
II – UM QUESTIONAMENTO: FRACASSO DA ESCOLA PÚBLICA	16
III – OBJETIVOS DO ENCONTRO	23
IV – MARCOS REFERENCIAIS	25
1. Política Social	25
1.1. As Políticas Sociais Proclamadas	26
2. Cultura e Educação	27
3. Informações da Escola	28
4. Definição de Competências	28
5. Participação da Comunidade	29
6. Discurso e Ação	30
7. Currículo	30
8. Competência Intelectual, Técnica e Política	30
9. Contradição e Possibilidades da Escola Pública Cearense	31
V – METODOLOGIA	32
VI – A VOZ DA ESCOLA	35
1. O que a Escola Discutiu	35
2. O que a Escola Propôs	49
VII – À GUIA DE CONCLUSÃO	56
ANEXOS	61

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

– Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

– Ubiratan Diniz de Aguiar

CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

– Irapuan Diniz de Aguiar

ASSESSOR JURÍDICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

– Heli Rocha Luz

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

– Maria Eudes Bezerra Veras

COORDENADORA DO CENTRO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

– Mirian Pontes Jucá

COORDENADORA DO CENTRO DE MATERIAL ENSINO-APRENDIZAGEM

– Maria Nerci Nogueira de Sá Cavalcante

COORDENADOR DO CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

– Inácio Carlos Gomes Negreiros

COORDENADORA DO PRODASEC/URBANO

– Ana Maria Nogueira Diógenes

COORDENADORA DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

– Gonçalves Mororó Monteiro

COORDENADOR DO PRONASEC/RURAL

– José Marcelo Farias Lima

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

– Marta Cordeiro Fernandes Vieira

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

– Maria Lúcia Magalhães Correia

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

– Elísio Gentil de Aguiar

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL

– Antonio Fernandes Franco

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

– Francisco Xavier Dias

DIRETORA DO CENTRO DE TREINAMENTO PROF. ANTONIO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO

– Maria Madalena Cavalcante Rêgo

*** SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO**

– José Hermano de Albuquerque Martins

ESTE **RELATÓRIO GERAL** É A CONSOLIDAÇÃO DOS RELATÓRIOS REMETIDOS PELAS 14 DELEGACIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ QUE CONDENSARAM OS RELATÓRIOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES NO "ENCONTRO OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA" CEARENSE.

ESTO RELATÓRIO DESEJA: 1. LEMBRAR DA IMPORTÂNCIA DE
METODOS PARA A RELEitura DO TEXTO DE FORMA DO
TUDO DO TEXTO QUE CONSIDERAMOS DE ALGUMAS APRESENTAÇÕES
DO RELATÓRIO PARA O LECTURADOR, A ESCOLA DO
ALUNO DESEJA

APRESENTAÇÃO

O presente documentário, colhido fielmente de todos os relatórios e plenários das escolas estaduais cearenses de 1º e 2º graus que se encontraram no “Ouvindo a Escola Pública”, pretende registrar fragmentos históricos de uma tentativa de mudar os rumos da Educação Pública Cearense. Difícil, no entanto, tem sido o esforço para sistematizar e consolidar a prática pedagógica desenvolvida, pois o ato educativo vivenciado nas Escolas Públicas do Ceará desborda os limites clássicos da ciência e dos esquemas e metodologia formais. É, de fato, uma torrente complexa e heterogênea de atos de conhecimento, de opiniões, de percepções, de preocupações, de frustrações, de esperanças e de contradições que ultrapassam as possibilidades de uma sistematização mais rigorosa. É a Escola Pública em conflito, em busca de sua identidade.

Relatar o que se discutiu e o que se observou nos vários encontros supõe-se válido como contribuição para o trabalho dos que fazem Educação preocupados com uma pedagogia que não se contenta só com o legado histórico da crítica, mas, sobretudo, decidida a semear as sementes criadoras da reflexão e da ação de um novo e consciente processo cultural em que a Educação consiga superar as contradições atuais, as falsas dicotomias, o autoritarismo, a omissão, a falta de consciência, até o despreparo e a falta de compromisso profissionais, revelando carências intelectual, técnica e política. Fica a troca benéfica de luta comum, de união, de sinceridade, de lealdade, de paciência, de insatisfação, de esperança e de amor pela Educação.

Sabe-se que assumir a responsabilidade de fazer História de Educação no Ceará em nosso tempo é tarefa ingente, mas desafio fascinante para quem fez corajosa opção.

Parece que já se começou a vislumbrar um alargamento de visão dos educadores cearenses da Escola Pública, habituados a trabalharem dispersos, em suas especializações tradicionais de funções, matérias e disciplinas rotineiras, desfinalizadas, fragmentadas, aprendidas, muitas vezes, em apostilas na Universidade, mas que procuram agora rever os conteúdos rotulados de currículo, a conceptualização educativa, a consciência de uma necessidade de se organizarem, de descobrirem o âmago dos problemas discutidos, de se associarem sem se contentarem com a transferência de responsabilidade pelas causas e com as análises superficiais.

Um desses pontos de descoberta tem sido o resgate do papel da Educação no contexto da Cultura e da Política Social Brasileira.

Por isso, os marcos de referência, de comparação, de avaliação entre o planejamento e a execução são, principalmente, os compromissos oficiais explícitos no Plano Estadual de Desenvolvimento do Ceará (PLANED/1983-87), do governo Gonzaga Mota, consonante com o III PSECD 1980-85 do MEC, sabendo-se que, como diz o próprio PLANED, toda avaliação é uma tarefa ameaçadora, especialmente para aqueles que são confrontados com o julgamento das ações que eles próprios planejaram e desencadearam. Daí a necessidade de participação para que todos se sintam responsáveis pelo planejamento e pela execução (PLANED, Educação, p. 46).

Há quase cinco séculos do descobrimento do Brasil, a Educação Pública Brasileira é ainda acusada de ineficiente, apesar de todo seu caro e complexo aparato técnico-administrativo, por falta de uma séria política educacional que requer novos conceitos, novas posições, e novas ações em Educação.

Espera-se que os Encontros “Ouvindo a Escola Pública” contribuam para desfazer ou diminuir a dicotomia do agir técnico X agir político, assumindo-se, a um tempo, a melhor, a mais autêntica e a mais adequada maneira de se trabalhar em benefício da comunidade.

I – INTRODUÇÃO

O Encontro “Ouvindo a Escola Pública” não foi uma ação que aconteceu por acaso. Ele resultou de um conjunto de observações registradas durante muito tempo por órgãos da SE, de pesquisas realizadas pela UFC, de diagnósticos de Planos de Educação, dos Relatórios dos Encontros Regionais de Educação e de visitas procedidas “in loco” nas unidades escolares. Desse modo, a decisão de se realizar o Encontro “Ouvindo a Escola Pública” foi tomada após as seguintes constatações:

- O centralismo vigente na administração do sistema educacional de dependência estadual gerava o imobilismo dos dirigentes, a desintegração entre os níveis central, regional e local, bem como a dispersão das ações desvinculadas dos objetivos sociais maiores da Educação.
- O Plano Estadual de Educação 1979-83 relatava-nos o descompasso entre o planejamento e a administração que repercutia seriamente no equilíbrio e resultados do sistema. O maior mal de que padecia o planejamento, dizia o diagnóstico, era o autoritarismo, ou seja, a tendência à centralização das decisões e quase abandono a que foi relegado o processo de planejamento sem consulta às áreas interessadas e sem envolvimento delas nas decisões. Em consequência, as Delegacias Regionais de Educação não se estruturaram convenientemente para um desempenho a contento.

Prosseguia o PEE 79/83 qualificando de insignificante a atuação das Delegacias Regionais de Educação, quer pela fragilidade estrutural no que tange à política de recursos humanos, sobretudo quanto à escolha de dirigentes e condições de manutenção, quer pela excessiva centralização do poder decisório e falta de racionalização administrativa, comprometendo a execução das políticas educacionais a nível de Unidade Escolar. Ainda mais, a ausência de uma cooperação sistemática, contínua e consistente da SE e da DERE aos OMEs constituiu um obstáculo à concretização da municipalização do ensino e interferiu na qualidade do serviço educacional ofertado à comunidade interiorana.

Por outro lado, constatamos a contradição entre esse quadro real com as intenções de pessoas que falavam de atos formais de descentralização, de experiências episódicas de participação, mas que, de fato, o estilo administrativo da SE teria sido determinado pela postura de seus dirigentes, que tinha oscilado entre liberal, autocrática ou democrática, desestimulando, reprimindo ou impulsionando a participação e a descentralização.

No Relatório Final de uma pesquisa orientada para a ação, feita pela Universidade Federal do Ceará em convênio com a SUDENE, que investigou o comportamento institucional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, em 1980, ficou evidenciado que a grande centralização financeira, administrativa e política que acontece a nível federal, com total dependência de Estados e Municípios da União, reproduz-se a seu nível na Secretaria de Educação em relação às DEREs e aos OMS's. O autoritarismo tem sido a marca registrada constante da Administração Pública desses órgãos, que se traduz na verticalidade de suas decisões no que tange à administração e ao planejamento que reforça a apatia, os sentimentos de confusão, incompetência e conflitos, não obstante os atos legais e o discurso dos documentos que oficializaram mudar a situação.

Entre outras constatações feitas pela referida pesquisa, destacou-se também a dicotomia entre o discurso da instituição e o de seus membros e os resultados, de fato, obtidos.

Ao visitarmos todos os Municípios Cearenses, nos fins de semana, ampliamos as fronteiras de nosso trabalho, sentindo a necessidade de empreendermos e sistematizarmos os nossos Encontros Regionais de Educação através das Delegacias Regionais de Educação.

O deslocamento de parte expressiva dos setores da Secretaria de Educação para as DEREs e Escolas tem-se constituído cooperação técnica e administrativa de melhor quilate, além de se tornar um teste de boa vontade, competência e lealdade de servidores da SE ao compromisso político com a Educação Pública. É uma tentativa metodológica a caminho, que, não obstante, não atinja integralmente a todo o corpo escolar. Havia que se desenvolver uma nova metodologia que cobrisse integralmente todo o universo escolar. O Encontro "Ouvindo a Escola Pública" coroou o nosso propósito, porque a atual administração da SE demonstra a obsessão de um compromisso político: Educação Pública do Ceará, entendida como participação da Comunidade Escolar na escolha dos seus dirigentes, em todos os graus de ensino, de 1º, 2º e 3º graus, na descentralização administrativa, técnica e política, incorporando todas as instâncias central, regional e municipal, no aumento da oferta de vagas no 1º grau, para que se cumpra efetivamente o preceito constitucional da escolarização da população de 7 a 14 anos das regiões periféricas mais numerosas, a preocupação com o processo básico da alfabetização, já com uma proposição de política, a preocupação com a continuidade do aluno na Escola e com o pessoal da Escola Pública urbana e rural respeitado, valorizado e animado.

Paralelamente, compreende-se que a participação democrática se viabiliza na descentralização, entendida como ação efetiva das bases na produção de bens e serviços, nos direitos a serem beneficiados por estes e a tomarem parte das decisões administrativas, técnicas e políticas da instituição educacional.

Estamos conscientes de que executamos o Projeto do ÓBVIO: “A arrumação da casa da Educação Pública que contribuirá de certo para amenizar a discrepância entre o ideal e o real, instaurando a comunhão da lei e da realidade, pois, acreditamos que enquanto o homem não recuperar para si a sua atividade, que é psicológica, social e historicamente, pensamento e ação, e que ocorre por meio da sua relação com os outros homens, concretizando o pensamento na comunicação e a atividade em ações cooperativas, ele estará alienado de sua própria realidade objetiva, com uma falsa consciência de si”. (SÍLVIA LAME — O que é psicologia social).

Somos sujeitos da História da Educação do Ceará e não queremos abrir mão desse direito.

Recomendamos que se leia este Relatório, que procurou ser o mais fiel possível ao que se ouviu e se disse nas Escolas estaduais, fazendo-se relação dos marcos referenciais com as opiniões e os depoimentos dados pelos educadores, observando-se as contradições, ou não, em que vivemos no mundo da Educação, comprometendo-nos, cada vez mais, com uma Escola melhor, com o povo e para o povo.

UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

II – UM QUESTIONAMENTO: FRACASSO DA ESCOLA PÚBLICA?

Há uma acusação, já histórica, de que a Educação dada ao povo brasileiro através da Escola Pública é insuficiente na quantidade de vagas ofertadas, má na qualidade de seu desempenho e frustrada na consecução de seus objetivos e fins.

Em 1932, Anísio Teixeira, juntamente com outros educadores brasileiros, denunciou o problema e entregou ao público o “Manifesto dos Pioneiros”. Também os diagnósticos dos Planos de Educação elaborados por órgãos das administrações federal, estadual e municipal convergem na mesma constatação negativa: o fracasso da Escola Pública.

No início deste ano de 1985, encontramos-nos reunidos, servidores da Escola Pública cearense, para ouvir nossa Escola e interrogamo-nos: a denúncia de tal situação é ainda verdadeira quanto à Educação Pública no Ceará, sob nossa responsabilidade, ou não passaria de um discurso pessimista de intelectuais com mania de crítica e perfeccionismo? Ou será que possamos até admitir o estado da questão, mas só num nível imponderável, abstrato, metafísico, mas que não atinge de fato a nossa Secretaria, a nossa DERE, o nosso município, a nossa Escola? Se, porém, nos encontramos diante da verdade, indagamo-nos mais uma vez: quem é responsável por tal situação e a quem compete dar a solução?

Não é nenhuma novidade dizer que a informática está nas preocupações dos brasileiros. Por que não usarmos alguns indicadores e verificamos a situação da Unidade Escolar onde trabalhamos? Talvez não tenhamos nos dedicado suficientemente na especificidade, objetividade e produtividade de nosso trabalho profissional a serviço de uma causa e sejamos surpreendidos com estes questionamentos: afinal de contas, qual o papel específico da Escola, para quem estamos trabalhando? Qual o resultado do nosso trabalho? Uma sugestão: passamos o ano inteiro avaliando os alunos, por que não nos avaliamos também agora? Por que não iniciamos, hoje, um trabalho de reflexão sobre a Educação Pública e de avaliação interligado ao dos alunos e da Escola, que se estenda durante todo este ano de tanta expectativa de mudança?

Talvez fosse um absurdo imaginar a hipótese de uma reversão de posição de julgamento e os alunos, os pais, a comunidade pudessem nos avaliar francamente com todas as conseqüências para nossa vida profissional.

OUTROS QUESTIONAMENTOS:

QUESTÃO Nº 1: O ALUNO APRENDE NA ESCOLA PÚBLICA?

Ana Maria Poppovic comenta que o fracasso escolar é o problema mais agudo e mais sério da educação brasileira que talvez a poucos preocupe. É um problema complexo, crônico, histórico, antidemocrático atingindo maciçamente as crianças das famílias pobres e cruel, afastando as crianças que mais precisam; humilhante, rotulando os alunos incapazes de aprender a “sabedoria” da Escola, anti-econômico e caro para a família que arca com as despesas e para o governo que tem um custo-aluno altíssimo e inútil, às custas de nós todos contribuintes.

Será que sabemos os custos da Escola Pública? A espantosa realidade do fracasso escolar é repetida constantemente pelas estatísticas oficiais e públicas. O analfabetismo fora e, às vezes, dentro da própria Escola tem implicações sérias nas condições humanas, sociais, culturais e econômicas das pessoas com a seqüela negativa da ignorância, da doença, da baixa qualidade de vida, da impossibilidade de atingir um padrão mais digno, a marginalização das forças culturais de transformação e produção.

Há mais de quatro décadas (desde 1942), 60% das crianças brasileiras repetem a 1ª série, não conseguindo promover-se para a 2ª série. Por quê?

Quais as perdas escolares de nossa Escola? E os aprovados estão realmente preparados? (Vide Ceará Realidade Educacional — dados e gráficos)

CEARÁ REALIDADE EDUCACIONAL

ANALFABETISMO

O Censo de 1980 registrou cerca de:

595.459 analfabetos na idade de 7 a 14 anos (55% da população desta faixa de idade), e de

2.276.724 analfabetos na idade de 7 anos e mais, ou seja, 55,1% desta população (Censo de 1980).

DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

Cerca de 513.414 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos não entraram na Escola, o que correspondeu à marginalização de 45,0% desta faixa de idade.

PERDAS ESCOLARES

Dos 511.641 alunos matriculados na 1ª série de 1º grau em 1982, só estudaram na 2ª série de 1983, 205.510 alunos, quer dizer, saíram da Escola de 1º grau 306.742 crianças e/ou jovens naquele período.

Da geração escolar (231.868 alunos) que estudava na 1ª série, em 1976, só restavam 33.263 alunos em 1983, ou seja, uma perda de 85% do aluno oficial.

Dos 706.785 jovens de 15 a 19 anos, em 1983, só se encontravam estudando na Escola do 2º grau 86.100 alunos, ou seja, um atendimento de apenas 12,2% daquela população.

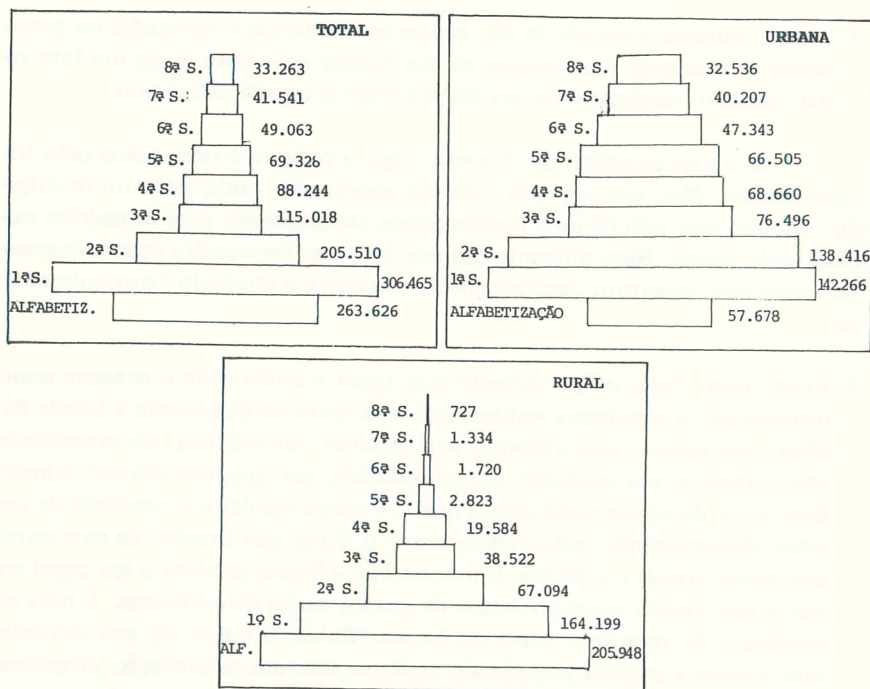
Houve uma perda de 19.247 alunos na geração escolar de 2º grau, de 1981 a 1983, ou seja, de 51,2% dos matriculados na 1ª série.

PIRÂMIDE EDUCACIONAL

A composição das classes do 1º grau tinha, em 1983, o seguinte visual.

ESTADO DO CEARÁ ENSINO DE 1º GRAU NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO A SÉRIE POR ZONA URBANA E RURAL

— 1983 —



“As técnicas atuais de formação e de aprendizagem escolares fracassaram — e as estatísticas são ainda mais pessimistas.

O fracasso seria total se a vida, ainda não totalmente pervertida, não corrigisse os erros dos pedagogos”. (CELESTIN FREINET)

QUESTÃO Nº 2: QUAIS AS CAUSAS DO FRACASSO ESCOLAR?

Diante da realidade chocante do insucesso escolar, educadores e pesquisadores em educação passaram a se preocupar com o problema que foi abordado de diversas maneiras.

1. Numa certa época o fracasso escolar era considerado um **fato psicológico e individual**, um problema de responsabilidade de cada criança que, infelizmente, não queria aprender ou não possuía as habilidades necessárias para ser um bom aluno. Não aprendia porque era malcomportada, muito desligada, sem memória, sem inteligência, com problemas mentais, sensoriais ou neurológicos ou desajustada efetivamente.
2. Depois, durante a década de 60, ocorreram mudanças e novidades no pensamento educacional e o fracasso escolar passou a ser visto como um **fato social**, isto é, o fracasso escolar era maciço entre as populações pobres.

É a criança pobre que fracassa, logo, a pobreza é responsável pelo fracasso escolar. Mas, essa hipótese continua apontando, ainda, para um só culpado: o aluno que vem de uma família pobre, despreparado para os padrões exigidos pela Escola. Bem diferente daquele dos lares favorecidos economicamente, recebendo incentivos constantemente, inclusive o chamado “currículo oculto”.

3. Existe outra linha de pensamento que tenta a união entre o **enfoque social** mencionado e o **enfoque institucional**, avaliando corajosamente a Escola Pública, seus valores, seus métodos, seus critérios, sua didática, sua organização administrativa, sua seriedade, sua honestidade, seu compromisso com o povo. Esta linha de pensamento coloca que o fracasso escolar é o resultado de um inter-relacionamento mal-sucedido entre o aluno que provém de determinados meios sociais e a Escola. É preciso que a Escola entenda o seu papel social e sua função numa sociedade de grupos muito diversificados. É hora de mudança, de reverter-se o papel da Escola Pública, a quem ela está servindo, suas normas e práticas prejudiciais, critérios absurdos de avaliação, programas mal dosados e sem sequência, currículos desconexos e inconseqüentes, professores despreparados e descomprometidos com a Educação do povo, medidas administrativas impensadas, e autoritárias, e assim por diante.

Sendo o fracasso escolar um problema complexo, apontam-se alguns pontos críticos que abrem caminhos para as causas desse fracasso. Seriam: a) qualidade do ensino ofertado; b) as classes heterogêneas; c) a merenda escolar; d) as férias. Quais as outras causas?

a) QUALIDADE DO ENSINO

O que se entende por qualidade do ensino? Em que a Escola Pública difere da Particular?

A Escola fundamental, primária, hoje chamada de 1º Grau, sempre foi elitista, destinada às classes médias para cima. Entretanto, pela pressão das classes trabalhadoras, foi obrigada a se abrir para elas, verificando-se uma mudança qualitativa e quantitativa. Qualitativa, porque a qualidade do alunado mudou e quantitativa, porque a quantidade de alunos aumentou. Esses alunos, qualitativamente diferentes e quantitativamente mais numerosos, deixaram a escola confusa e perplexa. Não sabendo lidar com estes alunos diferentes, projetou neles a sua incompetência e passou a chamá-los de incompetentes.

Cada grupo sócio-econômico-cultural estabelece critérios específicos de qualidade que possam atender a seus interesses específicos. Qualidade para a classe dominante é uma, para a classe dominada é outra.

A qualidade para a classe dominante visa a manter a sua capacidade de dominação e para a classe dominada visa a instrumentalizá-la para a sua libertação.

b) CLASSES HETEROGÊNEAS

As classes devem ser homogêneas ou heterogêneas?

Os favoráveis à composição homogênea defendem que tanto os alunos quanto os professores trabalham em condições satisfatórias, obtendo melhor rendimento. Os que defendem a organização heterogênea argumentam que o agrupamento heterogêneo, embora possa sacrificar mais o professor, é um benefício para os alunos "fracos", de vez que podem beneficiar-se do auxílio e estímulo dos colegas "fortes". Entretanto, a prática mostra que a formação de classes homogêneas, nas atuais condições das escolas e dos professores de 1º grau, é medida contraditória. Sabe-se, por exemplo, que o agrupamento de classes fortes e fracas tem resultado num processo seletivo no interior da escola pelo qual os alunos fortes acabam se distanciando cada vez mais dos fracos, em virtude do baixo aproveitamento escolar destes. Tal distanciamento resulta de que os alunos fracos são duplamente castigados: formados por alunos fracos, rotulados desde o início do ano letivo como incapazes, deficientes, fracassados, contra os quais se criam uma série de predisposições negativas que terminam por confirmar as expectativas criadas a seu respeito, além de ser confiadas sempre aos professores mais inexperientes, incapazes de superar as próprias deficiências e as dos alunos.

Qualquer que seja o tipo de agrupamento escolhido pela Escola, sua efetividade depende da adoção de um conjunto de medidas que lhe sejam complementares e o problema deve ser colocado num quadro mais geral e complexo.

c) A MERENDA ESCOLAR

São comuns as declarações de médicos, educadores e psicólogos em que, de maneira dogmática e simplista, colocam a desnutrição como responsável pelo fracasso escolar das crianças. Exime-se assim o Sistema Educacional da responsabilidade pelas altas taxas de fracasso dos alunos. Assim, todo o problema de melhoria do ensino fica quase dependente apenas de uma alimentação adequada.

Pode-se acreditar, seriamente, que a merenda escolar consiga suprir as necessidades nutricionais diárias de um aluno, e, em conseqüência, erradicar a desnutrição e o fracasso escolar?

A desnutrição e outras variáveis integram um complexo de doença social e concorrem para o fracasso escolar.

d) AS FÉRIAS

Criança aplicada merece férias, e escola deficiente merece férias? Qual o significado das "Férias" para os professores, para a família e para os alunos? Como passam as férias os professores? E os alunos? Há algum prejuízo para os alunos? Uma Escola à qual faltam recursos humanos e materiais para aquilo que lhe é essencial, específico, ou seja, o ensino pode ser bem-sucedido em uma programação de férias, seja de lazer, seja de recuperação?

Todo trabalhador tem direito ao descanso anual, mas tem também direito a condições que permitem realizar seu trabalho a contento e a bons salários. Isso não se conquista, trabalhando menos ("enrolando") ou tendo mais férias, e sim com trabalho sério na escola, na sala de aula, com organização, união de classe e luta.

Esses pontos de debate foram condensados em cinco questões. (Vide Agenda do Encontro "Ouvindo a Escola", em anexo).

III – OBJETIVOS DO ENCONTRO

Tentou-se, com o Encontro “Ouvindo a Escola Pública”, atingir três objetivos:

1. refletir sobre a prática pedagógica na Escola Pública cearense, confrontando-a com as idéias de alguns educadores;
2. buscar, conjuntamente, alternativas de solução para os problemas enfrentados no dia-a-dia;
3. obter subsídios para a elaboração do III Plano Estadual de Educação.

Percebeu-se que a intenção do Encontro, seguindo o caminho de caráter avaliativo da maioria das pesquisas educacionais de teor científico foi ampliar o corpo teórico sobre o papel da Educação nas Escolas Públicas, confrontar a mentalidade dos educadores integrados no debate, resolver problemas específicos ligados à Escola, ao Educador e ao seu desempenho profissional e, dar-lhes as soluções adequadas.

Em relação ao atingimento daqueles objetivos, convém comentar as reações iniciais ou até persistentes, quando se procurou estabelecer em conjunto uma problemática comum (o fracasso da Escola Pública) que justificasse um trabalho participativo. Eis algumas questões manifestadas:

- . Foi possível constatar a existência de um problema comum de insatisfação de todos os participantes do trabalho, embora o nível de compreensão do mesmo fosse qualitativamente diferente.
- . O esforço de legitimar o trabalho, mediante uma discussão prévia sobre o fato da Escola Pública não funcionar bem e a necessidade de melhorá-la, pareceu criar, inicialmente, um clima de descrédito e desconfiança em relação à seriedade e compromisso da instituição em querer resolver o problema, baseando-se em outras iniciativas malogradas da SE.
- . A tematização constante das questões, a não diretividade e o caráter cooperativo e de igualdade dos agentes treinadores ou coordenadores do trabalho resultaram gradualmente pelo próprio processo de interação dos grupos na descoberta da transparência das intenções, e uma possibilidade de conquista de espaço público na instituição, gerando-se uma intercomunicação livre e franca, onde o discurso pudesse se encontrar coerentemente com a ação. Uma prática assim desenvolvida poderá permitir uma melhor compreensão mútua das determinações institucionais e reivindicações dos educadores, podendo levar à formação de uma consciência prospectiva sobre si mesma enquanto elemento capaz de transformação das instituições educacionais.

Cerca de 11.541 educadores da Escola Pública cearense compareceram ao Encontro, confrontando suas opiniões com as de educadores nacionais através do texto estudado e com outros colegas das UE e das DERE, refletindo sobre o seu trabalho, atingindo-se assim o primeiro objetivo visado. (Vide quadro de participantes em anexo).

O que a Escola debateu e o que propôs (itens V.1 e V.2 deste Relatório) subsidiarão o Plano Estadual de Educação em elaboração, de conformidade com o terceiro objetivo.

Quanto ao segundo objetivo, que visa buscar alternativas de solução para problemas enfrentados no seu dia-a-dia, foram feitas proposições no item V.2 deste Relatório, mas se sabe que se requer muita ação conjunta e de compromisso dos educadores com as obrigações escolares, união total e organização das classes na luta pelos seus direitos.

IV – MARCOS REFERENCIAIS

Um conjunto de opções conceituais ou posições teóricas servem como pontos de referência para compreensão do sentido que se dá ao trabalho dos educadores na comunidade, na Escola, no Órgão Municipal e Educação e Cultura, na Delegacia Regional de Educação e na Secretaria de Educação. São elas:

1. POLÍTICA SOCIAL

Entende-se por Política Social a ação planejada de modificar a configuração da pirâmide sócio-econômica, tornando maioria a classe média, quer dizer, tornando a sociedade menos desigual economicamente e mais participativa politicamente.

Entretanto, é um projeto sócio-político-econômico, isto é, da responsabilidade conjunta do sistema todo e não apenas só do setor econômico ou só do setor social, no caso, da Educação sozinha.

Admite-se que um dos condicionantes principais da pobreza é a falta de oferta de trabalho em forma de emprego que gera a renda para cada um viver com dignidade de cidadão. Outro condicionante não apenas menos importante é a capacidade de participação de cada um, não só no processo econômico do trabalhador, mas também no processo de tomada de decisão como cidadão.

A Educação e a Cultura são os componentes fundamentais da Política Social.

A Educação por si própria não consegue modificar a estrutura produtiva, ou criar empregos. Também, a não importância do trabalho da Educação se revela no desprestígio do mais responsável pela Educação, o professor, que vê a irrelevância do seu trabalho expressa no seu salário não condigno.

Entretanto, atualmente, é a vez e a voz da Educação de ensinar e participar as regras do jogo democrático. Saber como funciona a sociedade brasileira e dar exemplo de ter consciência dos direitos e dos deveres do cidadão que trabalha na Escola ou fora. Atender a necessidade de articular-se, integrar-se, de cooperar para que o menos favorecido social e economicamente se considere indispensável na construção social e política da Nova República.

O discurso oficial é explícito e comprometido com esses pressupostos, tanto a nível federal, no III Plano Setorial de Educação e Cultura e Desporto (1980-85, do Ministério de Educação e Cultura), como a nível regional, nas Proposições de Política Social para o Nordeste, da SUDENE; e no nível estadual, no Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED, 1983-87).

1.1. AS POLÍTICAS SOCIAIS PROCLAMADAS

a) Pelo Ministério de Educação e Cultura:

“A educação, considerada na ótica da política social, compromete-se em colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática. Educação é direito fundamental e basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente, na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.

A questão social é encarada como responsabilidade convergente de todas as áreas sociais e econômicas, e não apenas da área econômica ou apenas da área social. Mas, como se integrar na solução do problema, sem transferir indefinidamente a responsabilidade?

Questões relevantes da Educação, muitas vezes, encontram tratamento mais eficaz fora do próprio sistema educacional, a saber, no problema da pobreza, entendida aqui em sua dimensão econômica e política. Por exemplo, o aproveitamento escolar depende tanto das condições da clientela em termos de renda, nutrição, saúde, higiene e saneamento, quanto das qualidades pedagógicas do sistema de ensino-aprendizagem, particularmente na infância.

Dada a dimensão da pobreza no País, a questão educacional é por ela profundamente condicionada. Em vista desta realidade, torna-se necessário o desenvolvimento de uma política social envolvendo o esforço integrado das áreas sociais e econômicas para a superação das desigualdades sociais.” (III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, MEC, 1980-85, pp.13 a 14)

b) Pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

“A política social proposta para o Nordeste deveria ser estabelecida com base num objetivo-síntese que se consubstancia no trinômio PARTICIPAÇÃO-EMPREGO-RENDA”. (Proposições da Política Social para o Nordeste. SUDENE, 1983. p.21)

c) Pelo Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED, 1983-87)

“A opção pelo método participativo na administração estadual confere ao governo o necessário aval da sociedade.

A autopromoção humana, que se tem em mira, requer, em primeiro lugar, prioridade de caráter social acima de qualquer outra, em todas as ações do governo. Todos os programas e projetos do Estado ou por ele promovidos ou incentivados terão como base de avaliação o enfoque social. O lado humano dos seus efeitos terá uma ponderação predominante, mesmo nos projetos tidos como tipicamente econômicos. Em segundo lugar, o método participativo é essencial para a valorização humana, pois uma comunidade que tem acesso ao sistema de decisões que afetam os seus próprios destinos está mais disposta a colaborar com o governo na realização dos seus grandes objetivos e vencer as dificuldades que terão de enfrentar.”

O processo educativo só poderá desempenhar seu papel de fortalecedor dos laços da sociedade, na medida em que se mostrar capaz, no seio da organização social vigente, de incorporar grupos majoritários culturalmente, não só na participação da produção da cultura, como também na fruição dos bens produzidos no processo da decisão política.

Uma séria abordagem crítica da situação educacional cearense, sobretudo da Escola Pública, deve pertencer à objetividade e à possibilidade de converter em estímulos os desafios do presente, descobrindo e propondo razões de esperança e os meios de concretizá-los em nossa realidade histórica de hoje e de amanhã.”

2. CULTURA E EDUCAÇÃO

Cultura é entendida como um fenômeno típico da condição humana que, como processo ou produto, se realiza historicamente para preservar e transformar o homem e a sociedade. É um ato criativo, dinâmico, social e libertador, em função de um fim. É aprendizagem e produção, comunicação e associação com outros.

Constitui-se, assim, a cultura o ambiente próprio da Educação, com uma dimensão mais ampla de significado do que a considera como variável elitista ou supérflua.

A Educação, com efeito, é um bem cultural, tanto quanto a ciência, a arte, a técnica, a economia, a filosofia etc., integrando o que denominamos de cultura de um povo.

A Educação, por sua vez, condensa, sistematiza e transmite os bens culturais transformados em bens formativos, conforme os fins educacionais visados.

Mediatiza e viabiliza a cultura pela mesma trilha de continuidade, aperfeiçoamento, renovação, transformação através da originalidade, da iniciativa, da integração e da cooperação.

Assim, a pessoa educada não é somente aquela que sabe ler, escrever e contar, que domina uma profissão, mas aquela que participa democraticamente como cidadão na luta pelo bem-comum.

A Educação se esvazia de seu significado cultural se não é comunitária, se não contribui para formação do cidadão, sujeito da História.

Requer-se, assim, o exercício participativo constante no processo pedagógico, pois só se aprende a fazer fazendo, só se ensina e se aprende a ser democrata, sendo. A Escola não pode se fechar na clausura de suas paredes, como corpo estranho, amorfo, sem personalidade, em relação à comunidade. A Escola pertence à comunidade. É componente substancial do currículo da Escola, a própria vida da comunidade, seus valores, conflitos e aspirações. Sabe-se, aliás, que a Educação Formal completa-se na Educação Não-Formal e Informal que ajuda a cada um de nós a viver.

3. INFORMAÇÕES DA ESCOLA

Nosso trabalho de professores desenvolve-se numa instituição — Escola — que cumpre um papel determinado dentro da estrutura social, sejamos ou não conscientes disso.” (Uma Escola para o Povo, Maria Teresa Nidelcoff)

A Escola é o ponto inicial de onde **devem** emanar as carências, a definição de prioridade. É necessário, pois ouvir as bases, tanto para se ter uma visão da sua magnitude e natureza, quanto da localização dos problemas.

As informações coletadas a partir da Escola devem circular de maneira adequada e orientar o curso das ações e dos planos. Os estrangulamentos no fluxo de informações, o desconhecimento da realidade da Educação Pública cearense e o fato de a Secretaria não se “misturar” com as Escolas, se refletia na elaboração de planos tecnicamente perfeitos, mas inadequados do ponto de vista dos problemas a serem erradicados. É necessário, pois, ouvir as bases, coletar informações, analisá-las criticamente, uma vez que os dados só têm alguma utilidade na medida em que permitem o replanejamento das ações em cursos e indicam o novo caminho a ser perseguido.

“A Escola é o abrigo do homem e das conquistas históricas que representam o intocável acervo da dignidade humana. A Escola é fonte de saber. Da formação cívica. Da participação. É semente da identidade cultural de uma sociedade livre.” (Ministro Marco Maciel).

4. DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Cada elemento do sistema (SE/DEE/UE) deve ter a suficiente informação sobre suas competências e o papel que lhe corresponde no funcionamento

do conjunto do sistema. A definição das competências é fundamental, porque ninguém pode intervir no concerto se não sabe que instrumento vai executar. Somente na medida em que essas competências estiverem definidas com precisão, os diferentes órgãos poderão desempenhar, de modo mais sistemático, suas tarefas. Porém, ao mesmo tempo, é necessário que todos tenham a suficiente clareza sobre os objetivos e sobre a finalidade da administração educativa, que é apoiar os processos concretos de ensino-aprendizagem, cujo protagonista maior é o aluno. A ausência deste consenso em torno dos objetivos implicará em burocratização: cada órgão assume só a responsabilidade pelas atividades que são de sua competência com absoluta rigidez, perdendo de vista os objetivos comuns e mais globais e esquecendo que sua ação só terá sentido na medida em que contribua para o alcance desses objetivos. Em resumo, será necessária uma clara definição de competências e, ao mesmo tempo, uma reflexão permanente sobre a forma como agir segundo essas competências, em razão do objetivo comum: a Educação.

Cada elemento do sistema (SE, DERE, UE) deve respeitar as competências dos outros. Acontece que, visando atingir melhores resultados e/ou apresentar soluções, alguns elementos do sistema acabam substituindo aos outros na tomada de decisões e mesmo na execução das atividades. Esta situação conduz à centralização da administração e impede a participação efetiva dos outros órgãos que deveriam envolver-se na ação, contribuindo para seu progressivo isolamento. Nesse sentido, cada um dos órgãos da estrutura age como controle dos outros numa administração integrada, na medida em que não pode realizar sua tarefa se os outros não cumprem com a função que lhes corresponde no conjunto. Ao mesmo tempo, se não se respeitam as competências, pode-se incorrer no erro de tolher a criatividade e a iniciativa da comunidade, impedindo um clima de maior autonomia da Escola, em particular.

5. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A comunidade deve interferir nas discussões e decisões da Escola. Não é suficiente repetir-se que a Escola deve conscientizar-se de seu papel de "agência de prestação de serviços à comunidade". É necessário que o Sistema passe a ouvir, através da Escola, o meio comunitário, ensejando-lhe oportunidade de interferir no destino do projeto pedagógico e político da mesma, enquanto fator intimamente relacionado com o destino da família. Tal postura significa considerar a manifestação dos interesses da comunidade (costumes, interesses e valores culturais) no próprio cotidiano do trabalho escolar. Significa considerar a participação comunitária como atuação real e prática e não apenas como mão-de-obra colaboradora.

Quando se fala em ação colegiada, tem-se que se referir também à participação de pais, alunos, outras pessoas e instituições comunitárias. Nestes

termos, então, o projeto escolar terá perspectivas de engajar-se ao projeto social e político e eliminar a decantada “inadequação às peculiaridades locais”.

“O direito de educar não é o direito de ser matriculado numa escola, mas o direito de ter uma escola que estimula a plenitude das possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos.” (Para Onde Vai a Educação? — Jean Piaget)

6. DISCURSO E AÇÃO

Deve-se ter preocupação constante de se comprometer com uma ação à crítica feita, e sobretudo, praticar o discurso proclamado, individual ou institucionalmente.

“Educação como conscientização é entrar em confronto com a realidade, procurar a causalidade profunda dos fatos, perceber os condicionamentos criados por esta realidade. É desvendá-la. Mas, o ato de conhecimento não termina neste desvelamento da realidade, implica num projeto de transformação, numa tarefa de transformação, no compromisso histórico de executar o projeto concebido.” (Paulo Freire)

“O mais grave problema da educação (quer como fenômeno micro-lógico de relação do aluno com o professor, quer como fenômeno macrológico da educação da humanidade) é conectar pensamento e atividade real, isto é, pôr o pensamento a serviço da ação.”

7. CURRÍCULO

“Só poderemos trabalhar por objetivos válidos quando escolhemos os caminhos adequados para atingí-los. Aqui, “caminhos” é sinônimo de “atividade”, na medida em que aprendemos através da ação e da experiência. Os objetivos só irão ser conseguidos mediante o trabalho diário de alunos e professores.” — (Uma Escola para o Povo — Maria Teresa Nidelcoff)

Do ponto de vista de pôr a teoria em prática, não há, provavelmente, aspecto mais importante da ciência da Educação de que o do currículo concebido como um corpo de valores, experiências e atividades vitais planejadas, cuja maior parte ocorre na Escola visando ao aluno. Com efeito, o currículo desempenha papel essencial e proeminente no processo educativo para a realização dos propósitos educacionais: a arte de ser homem. Porém, não seria suficiente estabelecer finalidades ou propósitos. Há necessidade de que o trabalho educativo tenha objetivos de desempenho, visando ação direcionada, ou seja, compromisso de resultados.

8. COMPETÊNCIA INTELECTUAL, TÉCNICA E POLÍTICA

Quem quiser ter direito ao título de educador deve dominar conjuntamente o saber intelectual, o saber fazer técnico e o saber ser político, isto é, solidário, unido para servir o povo.

V – METODOLOGIA

Os encontros com as Escolas Públicas estaduais cearenses f
resposta às reivindicações feitas pelos educadores que trabalham ne
quando das visitas do Sr. Secretário de Educação e das visitas de
Técnica da Secretaria de Educação às mesmas.

A fim de se sistematizar a reivindicação expressa de int
vel central de decisão e organização, bem como perenizar o flu
ções e proposições, os encontros denominados "Ouvindo a
foram precedidos de "Encontros Regionais de Educação" e
das 14 Delegacias Regionais de Educação do Estado. Estes
preparação, execução e avaliação cuidadosamente planejada
e soluções sugeridas foram registrados (Veja Relatório do
nais de Educação) e que continuam orientando as ações d
cação. Os Encontros Regionais completaram-se nos Enco
cola Pública", ocasião em que se reuniram Diretores, Vic
res, Orientadores Educacionais e Professores estaduais
e estaduais do Interior. Esse momento desenvolveu-se
tiva solidária fundamentada no exercício de participa
reflexão que revigora sua consciência para prática m
de Educação.

Os Encontros "Ouvindo a Escola Pública
gia muito simples, utilizando-se dos mesmos pr
de Integração Escola-Comunidade, que vêm se pr
diversos municípios sedes das Delegacias Region
sua 1ª fase em 1980, na Capital, já atingindo e
ção de Crateús, Iguatu, Limoeiro do Norte, Qu

Esses Seminários têm como um de se
cativa existente no cotidiano escolar e abrir
à comunidade. Foi esse o primeiro momen
(Diretores, Especialistas, Professores e Aux
durante cinco dias.

A incompetência no domínio do conteúdo, no uso de método de trabalho, a falta de consciência de um compromisso com uma boa Escola para o povo e a falta de integração do trabalho na Escola e na união da categoria de educadores numa associação de classe, comprometem seriamente o profissional da Educação, o seu trabalho e o seu salário perante a sociedade.

9. CONTRADIÇÃO E POSSIBILIDADE DA ESCOLA PÚBLICA CEARENSE

“Temos que aceitar que nos situamos numa realidade profundamente contraditória, onde o político e o sócio-cultural aparecem fortemente determinados pelo funcionamento econômico dominante, mas onde os aparelhos ideológicos do Estado, entre os quais a Escola, se mostram confusamente cumprindo sua função de controle social dominante.

Com efeito, se partirmos do fato de que a Escola, como aparelho ideológico dominante, deveria estar reproduzindo a estrutura sócio-econômica capitalista, procurando desenvolver as forças produtivas para aceitação material do desenvolvimento capitalista, teríamos que reconhecer, ao menos, que ela tem sido altamente ineficiente na sua função reprodutora, já que o potencial capitalista não está sendo formado na Escola Pública, mas fora dela. Diríamos, então, que a Escola Pública tem exercido um controle contra a reprodução capitalista, ou melhor ainda, contra a reprodução das forças produtivas capitalistas.

Percebemos a realidade social, econômica, política e cultural que contorna a Educação do Ceará como uma situação transitiva que permite descobrir alguns espaços sócio-políticos e culturais que possibilitam propor algumas idéias alternativas e desenvolver algumas práticas educativas inovadoras. A própria conformação social do fato educativo público, ontem atuam grupos e classes sociais diversas, que jogam posições ideológicas diferentes e têm posições desiguais na estrutura do poder, permite descobrir os atores ou agentes educacionais com os quais se possam impulsionar e concretizar as mudanças alternativas para esta realidade educacional.” (Prof. Rolando Pinto Contreras)

1ª Etapa — Preparação — dividida em 03 momentos:

No **primeiro momento**, a Secretaria de Educação do Estado reuniu um grupo e discutiu a estratégia de trabalhar a Escola. Sua Assessoria contava com 10.000 exemplares do número especial da Revista ANDE, denominado “Democratização e Ensino de Primeiro Grau”, onde são abordadas questões relacionadas ao fracasso escolar, ao ensino público, qualidade do ensino, fazer pedagógico, desnutrição e rendimento escolar. As questões levantadas na revista eram relevantes e vinham sendo discutidas continuamente nos Encontros Regionais de Educação, com opiniões nem sempre consensuais. Era necessário tratá-las de forma mais científica e não apenas pautada no “saber comum”. Desse modo, optou a Secretaria por organizar um Seminário com aproximadamente 30 técnicos, para testar uma metodologia capaz de cobrir a todas as Escolas oficiais, antes do início do ano letivo, utilizando-se a semana que antecede ao início das aulas e que, via de regra, é utilizada apenas para o julgamento pedagógico. Desta vez, este período teria um novo ingrediente. Testada a metodologia, decidiu-se pela sua disseminação. No **segundo momento** foram convocados os Delegados Regionais de Educação (Agenda I, anexa), para planejarem a execução do trabalho a nível de DERE. Cada Delegacia deveria levantar o número de pessoal docente e técnico por Escola e município, a fim de se poder quantificar o número de multiplicadores por DERE, já que se havia estimado 1 coordenador para cada grupo de 30 pessoas. A DERE competia, ainda, selecionar técnicos ou professores que se dispusessem a realizar os Encontros nos municípios, além de definir a Escola-Sede que naquele dia receberia todo o pessoal do município. Houve recomendação de que se utilizasse o material da merenda escolar, de forma a que também o Encontro permitisse a permanência de todos, durante todo um dia, na Escola. No **terceiro momento**, conhecido o quantitativo de “multiplicadores”, a SE deslocou os técnicos já treinados por DERE, para transmitirem a metodologia e o material a ser utilizado por ocasião dos encontros municipais, além de haver repassado os recursos para as suas diárias e transporte na data definida, cujo custo, para cobrir 141 municípios, importou em Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), incluídas aí também as despesas com material de estudo, divulgação e diária.

2ª Etapa — Execução, com os educadores das Escolas Públicas, pautados pelo Roteiro da Agenda II, usando texto, ambos em anexo, e com a recomendação de que novos encontros deveriam realizar-se durante o ano, para agora, usando a revista, distribuída uma para cada 3 pes-

soas, ser objeto de estudo durante o ano letivo, em datas que cada Escola definiria. Nesta Etapa, cada município deveria elaborar o relatório municipal, cabendo às DEREs consolidá-los a nível regional. (Modelo Anexo)

3ª Etapa — Consolidação e retorno do Relatório Estadual, que congrega todo o pensamento, a crítica e as proposições do magistério da Escola Pública cearense, quanto aos questionamentos sobre o desempenho e os resultados da Escola a quem serve. O Relatório fornecerá subsídios para o III Plano Estadual de Educação, recomendando-se que as Escolas aprofundem o estudo, utilizando a Revista ANDE, um número especial sobre o “Fracasso da Escola Pública” e a “Democratização e Ensino de 1º Grau”. Ele também retornará às Escolas através das DEREs, para que estas reflitam sobre a opinião dos educadores cearenses em torno das questões discutidas e, mais que isto, possam assumir compromissos mais sérios com a causa da Educação.

Será entregue aos dirigentes maiores do sistema Educacional ou da administração pública, a níveis nacional, estadual e municipal, e presidentes de conselho de associações ligadas à Educação no Estado para que tomem conhecimento da auto-crítica, da crítica e das proposições do magistério cearense que conta com um comprometimento institucional efetivo e imprescindível como garantia da mudança da política Educacional cearense em benefício da Educação Pública.

VI – A VOZ DA ESCOLA

VI. 1 – O QUE A ESCOLA DISCUTIU

1º QUESTIONAMENTO: O ALUNO APRENDE NA ESCOLA PÚBLICA? E OS APROVADOS ESTÃO REALMENTE PREPARADOS? O QUE É ALGUÉM PREPARADO?

Sobre o produto final de nossa Escola Pública, por ocasião da dinâmica de trabalho usada em todo o Ceará — Ouvindo a Escola Pública — colheram-se depoimentos de 11.541 educadores interrogados (Diretores 567, Supervisores 215, Professores 10.348, Orientadores Educacionais e outros elementos ligados à Educação 411), cujo conteúdo das respostas está abaixo relacionado:

Ao questionamento: O ALUNO APRENDE NA ESCOLA PÚBLICA? parte dos educadores responderam **não**, outros disseram **aprende pouco**, enquanto alguns responderam **sim**.

As causas apontadas como motivo de **não** e/ou **pouca aprendizagem** foram comuns:

- Despreparo do professor
- Má remuneração do Professor
- Professores desconhecem a dimensão de seu trabalho como educadores responsáveis pelo processo de desenvolvimento social
- Professores incapazes de sistematizar experiências e potencializar a prática
- Há transferência de responsabilidade
- Falta de assistência dos pais (não estimulam os filhos e não valorizam a Escola)
- Desinteresse e incapacidade dos alunos
- Acomodação do aluno às metodologias tradicionais e inoperantes
- Situação sócio-econômica do aluno
- Desnutrição das crianças
- Os alunos são empurrados de ano para ano
- A Escola não “cobra” o suficiente do professor e alunos
- A Escola não está preparada para atender a clientela que em sua maioria está fora dos padrões convencionais exigidos
- A Escola é seletiva e alheia à realidade do aluno
- A Escola é repressiva, dominante e controladora

- Eliminação da classe de alfabetização
- Falta de material didático, desde o lápis à carteira para o aluno sentar.
- Submissão da Escola a interferências políticas
- Currículo fora da realidade do aluno
- Classes numerosas
- Os métodos adotados no pré-escolar não oferecem ao aluno a devida capacidade para fazer a 1ª série com base. Daí a razão de um 1º grau sem base, em que o aluno aprende pouco
- Sistema de avaliação muito elástico, facilitando a promoção do aluno
- Falta de relacionamento na Escola e entre essa e a comunidade.

Os que afirmam que há aprendizagem na Escola Pública basearam-se numa condição de dependência, isto é, caso sejam eliminados os problemas anteriormente enfocados, embora alguns achem que a Escola prepara a parte intelectual, faltando a formação social. E outros afirmaram que há aprendizagem, mesmo sendo defasada e de má qualidade. O aluno aprende o que a Escola quer ensinar e não o que precisa e quer saber.

OS ALUNOS APROVADOS ESTÃO REALMENTE PREPARADOS?

Da reflexão feita sobre este questionamento, obtiveram-se as respostas: não, em parte e sim.

Os educadores que responderam não alegaram motivos tais como:

- Irresponsabilidade do professor
- Despreparo, falta de estímulo e acomodação do professor
- Às vezes, o professor aprova o aluno para se livrar de seu comportamento ruim
- Há interferência da supervisão no critério de avaliação
- O professor tem medo de reprovar muitos alunos
- Falta de ajuda da família
- Professor aprova considerando apenas a faixa etária do aluno
- As reformas de ensino colaboram para a aprovação de alunos
- O aluno é responsável, porque só visa à nota e à passagem de ano
- Inadequação do currículo
- Os pais querem a aprovação dos filhos e não a preparação para a vida
- Os alunos passam de um ano para outro, com o mínimo de conhecimento e informação
- Precário sistema de avaliação.
- Exigência do sistema maior em aprovar além de 50% de alunos
- Sistema de recuperação ajuda, contribui, para o aluno passar sem saber

- Negligência na recuperação
- Currículo, conteúdos adotados não têm aplicação prática para o exercício de uma profissão
- Há uma distância entre a vida e os moldes da educação brasileira
- Os cursos em si não despertam tendências vocacionais, não preparam para a vida
- A Escola Pública não prepara o aluno, mesmo o aprovado plenamente
- Os alunos só estudam no dia da prova

Os educadores que afirmaram **aprendizagem em parte**, alegaram os seguintes motivos:

- Nenhum professor promove aluno sem ele ter conhecimentos
- O professor se prende ao currículo, deixando de fornecer ao aluno informações que conduzam a uma formação integral
- Alguns professores dão a nota ao aluno pela amizade, pela cara e não pelos conhecimentos
- Professor sem tempo, dá aula sem motivação
- Os alunos não estão preparados para a vida, com senso crítico, capacidade de buscar soluções. Tudo isso ocorre devido à falta de material didático, carência de supervisor pedagógico e orientador educacional, imposição do currículo pela Secretaria de Educação que tem como preocupação maior informar e não formar; falta de reciclagem e incentivo ao professor
- São aprovados os que mais se aproximam dos conhecimentos transmitidos pelo professor
- Porque a maioria são aprovados pela frequência, participação e esforço, não incluindo o conteúdo
- Porque as turmas são numerosas, dificultando uma avaliação pedagógica
- Os alunos têm pouca frequência na Escola

Uma minoria de educadores afirmou sim a uma aprendizagem na Escola Pública, dizendo:

- Os alunos estão realmente preparados
- Os alunos estão preparados para cursarem as séries seguintes, embora não estejam preparados para a vida.

Desejando saber o que significa, no entender de nossos educadores, um ensino de boa qualidade, e que realmente prepare o indivíduo para uma sociedade justa e feliz, foi feita a pergunta: **O QUE É ALGUÉM PREPARADO?** obtendo-se respostas tais como:

- Aquele que está apto a enfrentar os problemas do dia-a-dia, com condições de refletir e participar dos mesmos
- É alguém capacitado profissionalmente
- É um ser desenvolvido em todas as suas potencialidades
- É o que tem conhecimentos básicos (conteúdo e habilidade) para ingressar na série seguinte
- É aquele que assimila o conteúdo da disciplina
- É o que age conscientemente diante de novas situações de vida
- Está apto para receber e assimilar conhecimentos em séries e/ou cursos posteriores
- Possui senso crítico, é capaz de refletir, descobrir, discordar
- Está apto a desenvolver qualquer trabalho com grande dificuldade
- Desenvolve harmonicamente os aspectos cognitivos, afetivos e motores
- É alguém com bagagem de conhecimentos interiorizados, aproveitáveis no dia-a-dia
- É alguém informado e apto para utilizar suas potencialidades como elemento de auto-realização
- É alguém preparado para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania
- É alguém dotado de consciência crítica, para entender a estrutura da sociedade em sua realidade sócio-político-econômica-religiosa.
- É consciente de que o homem é o próprio sujeito da história
- É alguém coerente nas suas decisões, capaz de refletir e questionar
- É alguém qualificado para acompanhar as séries seguintes
- É aquele que consegue assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos e consegue passar adiante
- É alguém que sabe resolver situações-problemas, reivindicando melhores condições de vida e capacitado a enfrentar o mercado de trabalho
- É aquele que é capaz de se promover na vida pessoal e profissional, participando e contribuindo ativamente para a melhoria da sociedade
- É aquele que está apto, não só para cursar a série seguinte, mas a enfrentar a vida com segurança, equilíbrio, capacidade, aceitando a si próprio e aos outros
- É uma pessoa com capacidade de enfrentar outras pessoas, o mundo, sabe se decidir, luta por seus objetivos
- É aquele que está apto a vencer na vida
- É o indivíduo que sabe enfrentar qualquer dificuldade sozinho
- É o aluno que, ao concluir um certo ciclo educacional, pode desempenhar suas atividades com eficiência e segurança em qualquer situação

- É aquele que tem conhecimentos básicos e participa ativamente de assuntos em debate
- Alguém preparado é, como afirma José Carlos Libâneo, é aquele que “Sabe, saber fazer e saber ser”
- É alguém que consegue dominar o conteúdo, vive a realidade da vida aplicando o que aprendeu na Escola e vive em sociedade como pessoa participante.

2º QUESTIONAMENTO: O QUE VOCÊ ENTENDE POR ENSINO DE BOA QUALIDADE? EM QUE ASPECTO A ESCOLA PÚBLICA É DIFERENTE DA ESCOLA PARTICULAR?

As respostas dos educadores aos itens desta questão foram organizadas a partir de um quadro-resumo das opiniões convergentes, contidas nos 14 Relatórios das DERs.

O resumo das opiniões, de certa forma, reflete a percepção da maioria dos educadores.

Em relação ao primeiro item dessa questão, as opiniões convergentes são as seguintes: .

O QUE VOCÊ ENTENDE POR ENSINO DE BOA QUALIDADE?

- É o ensino que prepara o aluno para a vida
- É o ensino que atende às necessidades do aluno, oferecendo boas instalações físicas, boa aprendizagem, havendo integração e respeito entre todos os elementos que compõem a Escola
- É o ensino que integra o aluno ao meio social
- É o ensino que prepara o aluno para assumir uma profissão e oferece opções para o mercado de trabalho
- É o ensino que promove o desenvolvimento do indivíduo
- É o ensino que é bem planejado, que dispõe de material didático e aplica métodos e técnicas adequados
- É o ensino que proporciona ao aluno: pensar, criar, criticar, buscar soluções, liberdade, valorização individual, respeito ao próximo, solidariedade e responsabilidade
- É o ensino que se preocupa com o domínio de conteúdo aliado à formação de bons hábitos e atitudes
- É o ensino orientado por professores qualificados, competentes, conscientes e vocacionados
- É o ensino que corresponda às necessidades locais, regionais e nacionais.

EM QUE ASPECTO A ESCOLA PÚBLICA É DIFERENTE DA ESCOLA PARTICULAR?

Em relação ao segundo item dessa questão, as opiniões convergentes foram:

A Escola Pública é diferente da Escola Particular no seguinte:

Escola Pública:

- Baixa remuneração dos professores
- Falta de assistência da família ao aluno
- Precariedade no equipamento geral da escola
- Carência de professores capacitados
- Interferência da politicagem empreguista, na contratação dos professores
- Classes numerosas
- Falta de seriedade no trabalho que assume
- Alunos carentes, filhos de pais de baixa renda e semi-analfabetos, não exigindo dos professores o que os pais de Escolas Particulares exigem
- Diretores acomodados e dependentes do sistema opressor
- Falta de material didático
- Inexistência da classe de alfabetização
- Flexibilidade exagerada da Escola quanto à cobrança da aprendizagem do aluno em face das condições sócio-econômicas, financeiras, nutricionais e de saúde da clientela
- A Escola Pública visa à quantidade dos dados estatísticos
- A Escola Pública não questiona o currículo

Outras opiniões minoritárias merecem ser registradas, tais como:

- Tanto na Escola Pública como na Escola Particular o aluno não é peça fundamental
- No Interior não existe diferença entre Escola Pública e Particular; esta discrepância se torna mais acentuada nas Escolas de classe A, da Capital (2 Relatórios – 2 DEREs)

Escola Particular

- A Escola Particular oferece melhores condições financeiras aos professores
- Maior exigência dos pais, pois os mesmos são os investidores da Educação

- Na Escola Particular a situação financeira dos alunos é boa
- A Escola Particular seleciona os professores
- Na Escola Particular os diretores são interessados
- A Escola Particular exige mais, oferece maior acompanhamento aos alunos e pais e oferece maior acervo de material didático
- A Escola Particular satisfaz a exigência da clientela
- A Escola Particular tem classe de alfabetização
- A Escola Particular deixa o professor livre para fazer o seu planejamento
- Na Escola Particular os professores acompanham as atividades escolares
- A Escola Particular tem um currículo mais rico.

Do ponto de vista dos educadores os conceitos sobre ensino de boa qualidade refletem o aspecto funcional do ensino, quando as opiniões se referem aos métodos e técnicas de ensino, domínio de conteúdo e preparação para assumir uma profissão.

Outro aspecto conceitual do ensino de boa qualidade é o aspecto social do ensino, quando as opiniões se referem ao ensino que prepara o aluno para a vida, atende as necessidades do aluno, é o ensino que ensina o aluno a pensar, criar, criticar, buscar soluções.

Além de opinar sobre a questão: ensino de boa qualidade, os educadores fizeram um confronto sobre o ensino na Escola Pública e Particular.

Neste aspecto é interessante se observar que o confronto foi feito somente no aspecto funcional e material da Escola, deixando-se de fazer uma ligação com as opiniões dadas à questão anterior.

Foi bem caracterizada a deficiência da Escola Pública, desde o salário dos professores até a acomodação dos diretores e falta de envolvimento dos alunos e pais no processo de ensino aprendizagem.

Interessante se observar as opiniões de dois relatórios de duas delegacias que fizeram um relacionamento entre o ensino na Escola Pública e na Escola Particular.

Na visão dos educadores das duas DEREs, o ensino da Escola Pública não difere da Escola Particular, no que se refere ao ensino de boa qualidade, esse é mais um problema de classe social, segundo a opinião desse grupo de professores.

3º QUESTIONAMENTO: AS CLASSES DEVEM SER HOMOGÊNEAS?

A **QUESTÃO 3**, dos assuntos debatidos no “Ouvindo a Escola Pública”, buscou o posicionamento dos professores quanto à composição de classes, formulando as seguintes perguntas:

- AS CLASSES DEVEM SER HOMOGÊNEAS?
- COMO SOLUCIONAR A QUESTÃO DA CLASSE HETEROGÊNEA NO DIA-A-DIA DO TRABALHO ESCOLAR?

Analisando-se os relatórios apresentados pelas 14 DEREs, verifica-se que uns são favoráveis à heterogeneidade nas salas de aula e outros não. Pode-se chegar a essa conclusão pelo rol de respostas que se segue:

- A homogeneidade nas classes é impraticável, pois ninguém é igual
- Os alunos são diferentes quanto ao raciocínio, ao meio-ambiente, às modalidades de aprendizagem e à forma de encarar a realidade
- As classes homogêneas facilitam o trabalho do professor, porém promovem a estratificação social (fortes e fracos) no ambiente escolar
- Induz à evasão escolar
- A homogeneidade impede a democratização do ensino
- Toda homogeneidade é perversa, principalmente em se tratando de Educação
- As classes heterogêneas desenvolvem, no educando, o senso crítico, o espírito de solidariedade e a criatividade
- Os alunos fortes contribuem para o desenvolvimento dos alunos mais fracos
- Nem todos os alunos têm a mesma capacidade de assimilação
- Os alunos mais fracos perdem a oportunidade de crescer com os mais fortes
- Nas classes heterogêneas, a competição natural, existente entre os alunos, promoverá o progresso contínuo da turma
- Nas classes homogêneas os alunos recebem melhor assistência do professor e, conseqüentemente, haverá melhor aprendizagem
- As classes homogêneas permitem um melhor aproveitamento escolar, porquanto o professor pode cumprir seu plano de trabalho, exigindo a participação efetiva dos alunos
- São contra o método de trabalho diversificado
- A homogeneidade na sala de aula seria a solução do ensino de hoje
- Deve haver homogeneidade quanto à faixa etária e ao nível intelectual.

Fica patente que a formação de turmas é um tema polêmico entre os profissionais da Educação.

Alguns são favoráveis ao agrupamento homogêneo como condição ideal para o desempenho do professor e o rendimento do aluno. Outros consideram a heterogeneidade a forma mais viável de não discriminar o aluno “fraco”, proporcionando-lhe oportunidade de conviver e usufruir da ajuda e da experiência que o aluno “forte” pode oferecer.

E para aí a discussão; não se percebe uma análise mais profunda sobre os benefícios ou malefícios que tais agrupamentos possam trazer.

As soluções autoritárias que estão dentro e fora da Escola não permitem uma proposta crítica onde diretores, professores, especialistas e alunos possam ser participantes ativos das decisões da comunidade escolar.

A Escola não crítica, autoritária, impõe um saber arbitrário que nada tem a ver com as reais necessidades do educando... Não seria a homogeneização a sua principal característica?

COMO SOLUCIONAR A QUESTÃO DA CLASSE HETEROGÊNEA NO DIA-A-DIA DO TRABALHO ESCOLAR?

Todos os participantes questionaram as classes heterogêneas e apontaram as soluções abaixo relacionadas:

- Testes de capacitação de professores, por área, trabalho escolar orientado
- Aulas ministradas por professores experientes e bem assistidos pela Supervisão e Orientação
- Atendimento às diferenças individuais
- Melhoria das condições físicas e técnico-pedagógicas das escolas
- Trabalho diversificado na sala de aula
- Sistema de monitoria e professor para reforço
- Redução do número de alunos na sala de aula (máximo 30)
- Criação de teste de avaliação
- Divisão de turmas por faixa etária e nível de rendimento
- Classes de aceleração com professor auxiliar (reforço paralelo)
- Currículos e conteúdos flexíveis, adaptáveis às necessidades dos alunos
- Ação educativa, buscando conscientizar os alunos a se ajudarem mutuamente
- Professor dinâmico para atender a todos igualmente
- Realização de treinamentos específicos que preparem o professor para o trabalho diversificado na sala de aula
- Oportunizar experiências de aprendizagem para alunos lentos, utilizando estratégias diversas, desde a atuação de estagiários do 3º pedagógico
- As dificuldades surgidas deverão ser resolvidas pela capacidade crítica do professor
- Dispensando maior atenção aos alunos mais fracos, sem que a turma perceba
- O ideal seria não criar classes heterogêneas, uma vez que a experiência comprova, no decorrer dos anos, a sua ineficácia na Escola Pública

- A solução se encontra na responsabilidade e na competência do professor
- Abolir a recuperação final e vincular a recuperação contínua

4º QUESTIONAMENTO: SERÁ A DESNUTRIÇÃO RESPONSÁVEL PELO FRACASSO ESCOLAR?

Sobre a questão, registrou-se que a desnutrição não é a única responsável pelo fracasso escolar. Outros fatores contribuem para o baixo rendimento escolar, tais como:

- Desajuste familiar
- Injustiça social
- Saúde precária dos alunos
- Condições sócio-econômica dos alunos
- Desintegração entre a Escola e a família
- Descomprometimento e incompetência dos professores
- Currículos e conteúdos distantes das experiências dos alunos

Houve, ainda, quem considerasse a desnutrição a causa primeira para o fracasso escolar, através das seguintes abordagens:

- As crianças desnutridas não têm capacidade de assimilação, não têm ânimo, não conseguem aprender
- As crianças oriundas de famílias pobres geralmente são mais atrasadas e o maior índice de evasão e repetência está entre elas
- As crianças desnutridas vão à Escola apenas para merendar
- As crianças que não recebem a cota ideal de proteína não desenvolvem o cérebro e conseqüentemente o seu desenvolvimento intelectual será afetado (Organização Mundial de Saúde)
- Na nossa realidade, até o professor é desnutrido.

Vê-se, pelas colocações dos participantes, que o problema é sério e bastante discutível. Pesquisas e estudos sobre o assunto revelam que a população escolar pública é constituída, na sua maioria, por crianças com uma carência alimentar crônica, que conseguem conviver com ela, portanto responsabilizar, inteiramente, este tipo de fome pelo fracasso escolar seria leviandade.

Não se pode isolar do contexto outras causas de ordem econômica, social e cultural que exercem fortes efeitos sobre o desenvolvimento da criança.

Será que a Escola considera e incorpora esses fatores, de tão real importância, ou se fecha aos anseios da comunidade, impondo conceitos e valores falsos, transferindo à criança e à sua família a sua falência como instituição educacional?

Criança com desnutrição irreversível raramente frequenta a Escola...
A desnutrição pode assumir sozinha o ônus do fracasso escolar?

A VOZ DA ESCOLA

VI. 2. O QUE A ESCOLA PROPÔS

PROPOSIÇÕES DA ESCOLA

- Quando a Escola é boa?
- O que acha de ruim na Escola?
- Como gostaria que a Escola fosse?
- Como se poderia participar para melhorar a Escola Pública?
- Como e em que a Secretaria, a DERE e a Escola poderiam contribuir para melhorar a qualidade do ensino na Escola Pública do Ceará?

As questões do item “5”, trabalhadas nesse Encontro, embora predominantemente tenham o caráter de proposta, suscitaram críticas, bem acirradas mas espontâneas, à Escola, à DERE, à Secretaria e ao Sistema, como um todo, e foram as seguintes:

Percebe-se, pela análise das respostas à questão **“Quando a Escola é boa?”**, a incidência de idéias que expressam o conceito de Escola boa como aquela dotada de uma boa aparência, de recursos materiais, condições físicas favoráveis, suficiente material didático e escolar de apoio ao estudante, com distribuição de merenda em quantidade e qualidade suficientes. Contudo boa parte dos encontristas ressaltou a idéia de Escola boa, uns considerando o relacionamento, a harmonia entre os membros da Escola, a prática democrática, a existência da classe de alfabetização, a organização em classe. Outros se voltaram para a qualificação e seleção de pessoal, enquanto outros, ainda, apresentaram um perfil acrescido de idéias voltadas para a filosofia de trabalho a nortear as ações da Escola, harmonicamente delineadas e desenvolvidas, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem e ensejando ao aluno uma visão mais crítica da realidade e uma postura consciente de homem livre, sujeito e comprometido com o social, Escola que questiona problemas da educação do homem e do Universo.

Infere-se, em meio a essa caracterização de Escola boa, algum indício de comunidade escolar que começa a despertar para os problemas que afetam a educação, sejam eles endógenos ou exógenos, um discernimento maior na análise dos fatos e na apresentação de medidas alternativas, o que pode significar porta aberta para o soerguimento da Escola Pública.

Seguiu-se a essa, a questão **“O que você acha de ruim na Escola?”**

Há muito, salvo o trabalho do Projeto "Integração Escolar", não se oferecia à Escola, sobretudo aos professores, a oportunidade de serem ouvidos, de mostrarem o que vivem de real na Escola por trás de todas as diretrizes, sejam elas administrativas, pedagógicas ou legais. Nota-se nas respostas a essa questão um verdadeiro desabafo expresso num atropelo de idéias, mas consubstanciado na lida profissional, consciente ou ingenuamente voltado para o fazer ou para o ser.

Analisando as respostas, observa-se que, se fossem classificadas, estariam atreladas a aspectos políticos, administrativos e didáticos.

Em que pese um bom número de considerações que se enquadrariam no aspecto administrativo, como abuso de autoridade, excesso de burocracia, professores assumindo várias disciplinas, classes numerosas e outras, foi razoável o índice de respostas que se encaixariam no aspecto didático, a saber: sistema de avaliação falho, baixo índice de aprovação, falta de interação no planejamento, ausência de treinamento para reciclagem e uma série de outros problemas que bem explicam o nível de qualidade em que está o ensino. Predominou, contudo, o aspecto político com a abordagem de situações bem sintomáticas de educadores que já começam a sentir o incômodo da realidade educacional tendente, muitas vezes, a caricaturar a formação do educando. Assim, disseram os professores o que acharam de ruim na Escola: a inexistência de classe de alfabetização, a ausência de critérios para admissão de pessoal, a eterna condição de contratos dos professores, a desigualdade de tratamento, a falta de liberdade, a falta de democracia e senso crítico, a excessiva interferência política, as injustiças, entre muitas outras abordadas com toda ênfase como bem pôde comprovar quem os ouviu.

São pontos, como de vê, suscitadores de muita reflexão e, mais do que isso, de muita ação, se, na verdade, se pretende devolver à Escola Pública os louros a que já fez jus e registrar na História da Educação do Ceará a congruência entre discurso e realidade.

"Como gostaria que a Escola fosse" foi a questão seguinte, não menos denotativa de uma situação inquietante dos que fazem a Escola e da preocupação de sugerir saídas possíveis, voltadas para um processo de inversão da realidade.

Nesse intento, disseram os professores que "gostariam que a Escola fosse" bem equipada, limpa, com merenda escolar suficiente, sem turno intermediário, mais voltada para o aluno, ativa, dinâmica, acolhedora, com um bom relacionamento entre os professores. Isso em meio a outras propostas predominantes, por sinal, bem coadunadas com a idéia de "Escola boa" e que expressam mais significativamente o desejo de uma Escola Pública mais em sintonia com as aspirações da população a que serve. Assim "gostariam que a Escola fosse" mais justa e aberta ao diálogo, participativa, com pessoal selecionado mediante concurso e bem remunerado, mais autônoma e democrática, que

pusse em prática a filosofia humanista, livre da intervenção política, um lugar de ensino, apoio, segurança e felicidade e, não, um lugar de tantas perguntas sem respostas. Enfim, que se propusesse, em meio a outros compromissos, a engajar-se na sociedade como agente de mudança.

Nesta questão preponderam, ainda, aspectos notadamente político-filosóficos que reforçam as abordagens constantes dos itens anteriores e que, tanto quanto aquelas, também vislumbram a idéia de que a Escola Pública já iniciou, de certo modo, a volta à credibilidade, embora muito ainda se tenha que refletir e agir, quer a nível de Escola, Delegacia, Secretaria e, sobretudo, no âmbito da administração maior, de vez que reclamam mais seriedade e assistência a nível governamental.

Prosseguiram os professores com a questão **“Como se poderia participar para melhorar a Escola Pública?”**

Como decorrência do que suscita a própria questão, percebe-se a incidência de respostas que expressam o compromisso dos educadores com a qualidade da Escola Pública. No entanto, por mais que se enveredassem nessa linha, sentia-se que, premidos pelas circunstâncias, vez por outra, apresentavam propostas-alternativas que se revestiam de um cunho político, tal a interferência desse fator na maioria das decisões que a Escola possa assumir.

Assim, admitiram os professores a idéia de “participar para melhorar a Escola Pública”, atualizando-se, permitindo o diálogo, planejando bem suas aulas e, com base na realidade, possibilitando a cooperação mútua Escola X Comunidade no trato e solução de problemas, respeitando o aluno e primando pelo seu sucesso, assumindo compromisso de educador em função da sociedade que clama por mudanças, tomando consciência da sua responsabilidade e compromisso com a Educação, promovendo a união da classe para reivindicação dos seus direitos, dando um pouco mais de si na tentativa de mudar. Essas idéias não esgotam o rol de abordagens apresentado pela Escola; outras também expressivas, marcam o compromisso registrado pelos professores, na proposta de recuperação da Escola Pública cearense.

Percebe-se, como se registrou anteriormente, o fluir de idéias que, mesmo não atreladas à linha da questão, se impuseram nas abordagens pelo nível de interferência que exerceu no desenvolvimento dos trabalhos na Escola. Foi muito comum a identificação, por exemplo, do problema de eleição para diretor que suscitou apelos como “que esta eleição de diretor não venha prejudicar a Escola e sejam nomeados os mais votados” e reforçam as idéias de retorno da classe de alfabetização, admissão de professores mediante concurso público e reivindicam maior assistência por parte do governo.

Toda tentativa de inovar expressões na análise desse Encontro cai no vazio, mercê da incidência de aspectos abordados da primeira à última questão, o que traduz, pelo menos é o que se infere a princípio, a postura firme assumida pela Escola no intuito de melhorar o perfil da Escola Pública.

Finalmente, como fecho, foi trabalhada a questão **“Como e em que a Secretaria, a DERE e a Escola poderiam contribuir para melhorar a qualidade do ensino na Escola Pública?”** que, embora permeada por algumas idéias aparentemente novas, em tese, traduzem um esforço aos registros das questões anteriores. Dessa feita, porém, como Escola, os professores se autodeterminam e, admite-se, assumem um compromisso quando apresentam medidas corretivas ao que acham de ruim na Escola, aliás medidas que, muitas vezes, implicam numa mudança de comportamento deles próprios.

A melhoria da qualidade do ensino na Escola Pública, segundo os professores, se consolidaria, entre outras idéias, pelo acompanhamento ao rendimento da aprendizagem, identificação das falhas e respectivas causas propostas de correção, integração dos turnos de funcionamento, maior comprometimento com o processo educativo, mais atuação e dinamismo.

Essas idéias foram bem freqüentes, sem contudo assumirem um caráter de predominância. Outras, predominantes, estão bem identificadas com o momento histórico por que passa a Educação do Estado e traduzem a idéia de que a Escola legará o seu tributo à melhoria do ensino, sendo democrática, aberta aos problemas da comunidade, tratando a todos sem discriminação, ouvindo os alunos e admitindo a sua participação nas decisões, promovendo a união da classe, mantendo-se sintonizada com a realidade, assumindo, portanto, um maior compromisso com a Educação e com a população que lhe tem conferido crédito de confiança.

Notadamente marcantes e apontadas pelos professores foram as propostas de compromisso que Delegacias e Secretaria de Educação devem assumir, para marchar em perfeita sintonia com a Escola no soerguimento pretendido da Escola Pública.

Visíveis sinais de predominância inferiu-se nessas abordagens sobre Secretaria e Delegacias. Percebe-se, num tumultuar de idéias um misto de denúncia, reivindicação e proposta, mas um ponto de vista voltado para o social sob a imposição dos fatores político e econômico sobretudo. Haja vista a proposição de que Secretaria e Delegacias adotem a postura de ouvir porque a Escola tem falado sozinha, atendam às suas reivindicações e não as deixem só nos papéis. Considerem as propostas apresentadas neste Encontro, pondo-as em prática, sustentando um compromisso maior com o ensino público, pondo fim à imagem negativa que essa rede de ensino mantém há muitos anos. Impeçam o uso da Educação pelos políticos como meio de se elegerem, não permitam a criação de empregos sem concurso público, proponham reforma tributária para atender às necessidades educacionais dos municípios, adotando uma política educacional de trabalho com a participação do magistério e da comunidade e voltada para os interesses populares. Atentem para a melhoria salarial do professor. Adotem o regime de eleição direta para diretor. Atendam ao público de forma mais humana, não discriminatória. Seleccionem os professores. Agili-

zem o fluxo dos processos e diminuem a burocracia. Valorizam as informações obtidas nas bases, como estas, para calcar a elaboração do Plano Estadual de Educação. E foram mais longe ainda, num desabafo, propuseram o não desvio das verbas destinadas à melhoria do ensino.

Se desabaços, denúncias ou propostas, não se sabe, mas é bem certo que a Escola, de algum modo, já assume uma posição. Não mais se encastela na sala de aula, mas a transpõe e na leitura da realidade social que a incomoda, alicerça todas as suas idéias e se lança sem qualquer inibição como a usar o último cartucho na batalha em defesa do que acredita e defende sem medo — a melhoria do ensino da Escola Pública cearense.

VII – À GUIA DE CONCLUSÃO

A reflexão, os debates e os depoimentos dos educadores da Escola Pública cearense que se congregaram no Encontro “Ouvindo a Escola Pública” estimula, de certo, a essa classe a gerar outros pressupostos teóricos e hipóteses sobre as causas do denunciado fracasso da Escola Pública e a aprofundar a compreensão acerca do papel concreto da educação pública e do educador no atual momento histórico da sociedade brasileira (nordestina, cearense).

Induzido por essas opiniões, declarações e deficiências registradas nesta memória, é possível apontar algumas hipóteses para nortear a travessia em que se encontra o magistério cearense, sem dispensar novos questionamentos nem isentar a responsabilidade da Escola, destacam-se:

O problema do fracasso da Escola Pública há de ser tratado à luz da Política Social da Nação e do Estado.

Os cursos de formação e reciclagem do magistério em geral talvez não tenham conseguido preparar adequadamente o professor, o supervisor, o orientador educacional e o administrador para atuarem à altura da nova realidade da Escola Básica da sociedade brasileira (nordestina, cearense), sem retirar o mérito do esforço das iniciativas individuais ou episódicas de grupo.

Mais do que nunca o preparo profissional e político se torna imprescindível e inadiável para a construção sólida de uma real democratização da educação na Escola e fora dela.

Se a quantidade pode gerar a qualidade na Escola Pública cearense, isso não acontecerá espontaneamente, mas por uma determinação de uma classe competente política e pedagogicamente para o desenvolvimento de um novo currículo numa Nova República centrado num alunado formado predominantemente de crianças e jovens cultural, social e economicamente desfavorecidos.

A busca de um sentido para a Escola Pública tende a fazer nascer, crescer e fortalecer as organizações de professores, estudantes, pais de alunos e dos chamados “especialistas”: administradores, supervisores e orientadores.

Referindo-se a um novo papel da Supervisão, Gadotti acentua que “em oposição ao supervisor burocrata, o supervisor participante procura envolver-se

na dinâmica da própria Escola, agindo como mobilizador, como animador cultural. Parte do princípio da confiança em todos os que compõem a Escola, considerados como iguais e não como adversários. O supervisor não se torna um líder individualista, como apregoa a filosofia democrática da liderança, mas procura despertar para uma gestão coletiva. Não exerce sua atividade de fora, sobre a Escola, mas com toda a comunidade escolar.”

Mais, talvez, do que uma hipótese, seria um truismo afirmar-se que, sem a integração de nosso trabalho de cada dia, na Escola, e de nossa união, numa consciente “Associação de Educadores cearenses”, é quase inevitável a falência da Escola Pública e de seus educadores.

Participando de uma Mesa-Redonda sobre a Natureza e Especificidade da Educação (MEC/INEP, Brasília, 05.07.84, Moacir Gadotti pronunciou-se:

“O que evidencia a natureza e a especificidade da educação são os fins e não os meios.

Só uma nova estrutura e uma redefinição da articulação entre órgãos centrais e Escolas poderá dar um novo sentido à educação. Só podemos discutir a natureza e a especificidade da educação, concretamente, se levamos em conta a conservação ou a transformação da estrutura que hoje condicionam o trabalho pedagógico. Fora disso, parece-nos que é fazer metafísica da Educação...”

Em momento algum podemos deixar de insistir na necessidade da competência técnica do educador, condição necessária para o atendimento das reivindicações populares em matéria de educação. Entretanto, essa competência não se dá no vazio, não se justifica por si mesma.

Um projeto competente e novo de Educação, direcionado pelo movimento histórico-social, exigirá de nós lucidez e força para vencermos tanto as barreiras teóricas como as barreiras políticas”. (Elementos para a Crítica da Questão da Especificidade da Educação — Moacir Gadotti)

Sem dúvida, as críticas e as proposições feitas pelos educadores cearenses da Escola Pública constituirão valiosos subsídios ao Plano Estadual de Educação do Ceará 1984/88, consoante com a política educacional anunciada recentemente pelo Ministério da Educação expressa no documento “Educação para Todos” — caminho para Mudança, do presidente José Sarney. Eis alguns tópicos:

“Fica explícito que “a educação básica, direito de todos os cidadãos e de plena responsabilidade da sociedade brasileira, deverá alcançar sua universalização com a participação ativa de todos os seus segmentos.”

Nesse sentido, é indispensável que sejam enfrentados os seguintes problemas:

Falta de uma consciência nacional sobre a importância político-social da Educação.

Baixa produtividade do ensino.

- . Aviltamento da carreira do magistério.
- . Inexistência de um adequado fluxo de recursos financeiros para a Educação Básica.
- . Insuficiência e má distribuição especial de vagas nas Escolas.

O Plano de Educação Básica deverá contemplar os seguintes objetivos:

- . Estimulação da consciência nacional quanto a importância político-social da Educação.
- . Melhoria da produtividade da Educação Básica, através de:
 - . definição de uma proposta político-pedagógica que tenha correspondência com os reais interesses da sociedade e preserve espaço para as peculiaridades locais e regionais;
 - . elevação da jornada escolar para um mínimo de 04 (quatro) horas diárias;
 - . resgate da importância social das camadas populares e da sua cultura como elemento fundamental no processo de elaboração do saber;
 - . participação do aluno e da família no processo de planejamento e avaliação das atividades educativas;
 - . adoção de mecanismos de acompanhamento do aluno na Escola, a nível do sistema escolar e da própria Escola, permitindo efetivo controle da evasão e da repetência;
 - . garantia de merenda escolar, livro e material didático a todos os alunos matriculados na Rede Oficial de Ensino.

Valorização do magistério, especialmente no tocante aos seguintes aspectos:

- . garantia de um piso salarial condigno para os professores em efetivo exercício na sala de aula;
- . estabelecimento de normas de recrutamento e seleção democrática e de planos de carreira que valorizam o mérito e a experiência;
- . desenvolvimento de amplos programas de formação e aperfeiçoamento do magistério, recorrendo-se a ações que envolvem desde o ensino à distância até o treinamento em serviço;
- . revisão dos programas de formação do magistério.

Um dos mecanismos fundamentais para operacionalização do Plano de Educação Básica proposto pelo Ministério da Educação será a constituição de comissões municipais ou distritais – integradas por representantes das Secre-

tarias Municipais de Educação (ou órgãos equivalentes), câmara de vereadores, igrejas, associações docentes e discentes, sindicatos patronais e de operários, associações comunitárias e outros segmentos da sociedade mais diretamente comprometidos com a questão educacional.

Às comissões municipais será cometida a tarefa de subsidiar permanentemente as instituições educacionais no atinente ao mapeamento das necessidades relativas à universalização de Educação Básica e ao planejamento e avaliação das medidas voltadas para evitar-se a evasão escolar, afora serem o canal de informação entre a comunidade, a Escola, os Professores e os alunos, no que diz respeito às metas e aos recursos relacionados com a Educação Básica do município.”

Por ocasião do “Forum dos Secretários de Educação do Nordeste, realizado recentemente em Manaus, ouviu-se o pronunciamento do Secretário de Educação do Ceará, posicionando-se a respeito da Educação e do financiamento da Educação:

“O fenômeno mais relevante na sociedade brasileira, atualmente, está, além dos bons propósitos da Nova República proclamada, nos indícios da reorganização da sociedade, sobretudo das camadas subalternas e trabalhadoras. Isso, sem dúvida, implicará na definição urgente de um pacto social por parte do Estado, no que tange às suas políticas públicas, especialmente na política educacional.

De fato, abriu-se um novo momento na História da Educação Pública cearense: a voz do educador.

A consciência desses educadores já começa a ultrapassar o âmbito da repartição pública escolar, as paredes das salas de aula, a rotina pedagógica, para demonstrar a identidade de cidadão trabalhador da Educação. Tornam-se participantes. Organizam em classe. Saem da dispersão e fragmentação de seu trabalho na Escola dividida em professores e especialistas para a integração na luta e coesão de posições.

Sentem-se atingidos na possibilidade de um padrão decente de vida. Aprenderam a lição de que o desenvolvimento econômico está sendo feito às expensas do seu trabalho e do seu magro e defasado salário. Descobriram as relações da Educação e do trabalho na sociedade. Não se contentam mais com a inovação de métodos pedagógicos disponíveis na reciclagem e nos treinamentos, mas seu movimento ultrapassa a reivindicação no questionamento de todo o sistema escolar e sua função social. Sentem-se prejudicados e tolhidos na sua capacidade de produzir e de desempenhar papel de personagens responsáveis pela história da melhoria do Povo, que é tributado pesadamente para sustentá-los. Tornaram-se conscientes de que a efetiva participação se concretiza na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade pelo Povo.

Na verdade, não podemos organizar um sistema de ensino fundamentado só no idealismo dos planos, mas sobre uma necessidade vital da Nação,

dentro da qual a profissão de professor deve figurar como uma das mais essenciais.

Não há como chegar à seleção de profissionais sem a melhoria de remuneração. De fato, qualquer proposta de valorização do professor sem a dignificação salarial, torna-se inócua e se esvazia.

O próprio MEC, reconhecendo que a valorização dos recursos humanos ligados à Educação era condição para a implantação do III PSECD, a definiu como prioridade. Avaliado este Plano, não se poderia tributar, à falta de sua concretude, alguns dos problemas pelos quais ainda se debate a Educação?"

Aguarda-se que o projeto "Educação Para Todos" — Caminho Para Mudança" que o MEC vai lançar visando a alcançar a universalização do Ensino Básico, da Merenda Escolar, do Material Didático e Valorização do Professor, possa contribuir significativamente para solução dos problemas abordados que nos afligem.

De certo, não é preciso lembrar quem disse tão sabiamente:

"Enquanto houver neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e SEM LETRAS (o grifo é nosso), toda prosperidade será falha." (Tancredo Neves)

Espera-se que o processo continue, quer dizer, as escolas se organizando e se unindo para refletir e agir em benefício da Educação do Povo, estudando a revista ANDE, que todas as Escolas receberam, ou outro instrumento bibliográfico.

Que a Escola continue exigindo da DERE e da SE o que lhes compete no desempenho de seu papel de órgãos coordenadores, animadores e cooperadores do sistema.

A Secretaria de Educação, a Delegacia Regional de Educação e a Escola formam um só corpo.

Se a Secretaria de Educação, a DERE e a Escola vão bem, ajuda-se o corpo a crescer e ser saudável, e o povo se beneficiará com esse trabalho conjugado e responsável. Se, ao contrário, a Secretaria de Educação, a DERE ou a Escola vão mal, a Educação Pública se tornará enferma ou falida e o Povo será prejudicado.

Finalmente, espera-se que o Encontro "Ouvindo a Escola Pública" contribua como exercício participativo de prática democrática para organização da nova constituinte, pois se sabe que "é longa e difícil a aprendizagem da democracia. Este tipo de comportamento é, no entanto, estado superior que supera o egocentrismo básico do homem (é uma hominização, como diria Teillehard de Chardin)". (Piaget para Principiantes — Lauro de Oliveira Lima)

ANEXOS

ENCONTRO – “OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA”

- 1 – OBJETIVOS – Refletir a prática pedagógica na escola pública cearense, confrontando-a com as idéias de alguns educadores;
– Buscar, conjuntamente, alternativas de solução para os problemas enfrentados no dia-a-dia.
– Obter subsídios para a elaboração do III Plano Estadual de Educação.

2 – AGENDA DE TRABALHO

DIAS: 4, 6 e 22/2 HORÁRIO	ASSUNTO	NÚMERO DE GRUPOS	TÉCNICA	RESPONSABILIDADE
7:30 – 8:00 8:00 – 8:30 8:30 – 8:40 8:40 – 9:30 9:30 – 9:45 9:45 – 11:30	Abertura: Apresentação dos participantes, dos Objetivos e da Agenda Exercício de concentração em função dos objetivos do Encontro Divisão dos grupos por escola, para estudo das questões e seleção dos sub-coordenadores e relatores Estudo das questões por escola Intervalo Relato das conclusões grupais, discussão e síntese	– 1 5 5 1	– Concentração – Minigrupo Assembléia	– Coordenador Geral Coordenador Geral Subcoordenador e relator 5 Relatores /Coordenadores geral
13:30 – 14:00 14:00 – 25:30 15:30 – 25:45 15:45 – 17:15 17:15 – 17:40	Organização de grupos e distribuição de tarefas Estudo do texto, para confronta com os resultados obtidos pela manhã e elaboração de um calendário para a continuidade do Excontro Intervalo Relato das conclusões e apresentação do calendário elaborado Encerramento	1 5 1	Painel Integrado Minigrupo Assembléia	Coordenador Geral Sub-coordenador e relator 5 Relatores/Coordenado geral

AGENDA I REUNIÃO DE DELEGADOS DE EDUCAÇÃO

- I— DATA: 16.01.85
- II— LOCAL: Centro de Treinamento
- III— HORÁRIO: 8h às 12h — 14h às 18h
- IV— PARTICIPANTES: — Delegados de Educação e Técnicos de DEREs
— Diretores da SE
- V— PAUTA:
ENCONTRO “OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA”
 - Apresentação da agenda e metodologia
 - Solicitações aos Delegados
 - . listagem de Escolas por município e participantes
 - . definição do local do Encontro, aglutinando mais de uma Escola em função do número de participantes e formação de grupos
 - . mobilização dos participantes (cada professor residente no local, oferecer refeição a 1 professor de distrito)
 - . Organização da Escola receptora
 - . indicação dos nomes dos técnicos para o treinamento — dia 23.01.85 (multiplicadores)
 - Discussão sobre a sistemática de acompanhamento pela DERE (transporte, deslocamento)
 - Informações quanto aos relatórios (Municipais e Regionais)

AGENDA II

ENCONTRO: OUVINDO A ESCOLA

1. OBJETIVO

- Refletir sobre a prática pedagógica na Escola Pública cearense, confrontando-a com as idéias de alguns educadores.
- Buscar, conjuntamente, alternativas de solução para os problemas enfrentados no dia-a-dia.
- Obter subsídios para elaboração do III Plano Estadual de Educação.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- Rede Escolar Estadual
- Rede Escolar Municipal de Fortaleza

3. CRONOGRAMA

Dias 04 e 06.02.85 — Escolas Estaduais e Municipais da Capital

Dia 22.02.85 — Escolas Estaduais do Interior

4. FUNÇÕES DOS PARTICIPANTES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Coordenação Geral do Encontro
- Elaboração do Relatório Geral

DERE

- Coordenação operacional do Encontro
 - . sensibilização para o Encontro
 - . listagem e aglutinação de Escolas, por Município e por proximidade geográfica
 - . definição da Escola-Sede

- . reunião de Diretores na escola-sede para tratar de assuntos relativos à organização dos grupos; lanche para os participantes, divulgação do Encontro
 - distribuição dos coordenadores, por Município e/ou Escola
 - elaboração do Relatório Regional
- UNIDADE ESCOLAR
- . sensibilização para o Encontro
 - . montagem de infra-estrutura para sediar o Encontro
 - . organização dos grupos de trabalho
- COORDENADORES GERAIS
- . dirigir os trabalhos de um grupo de, aproximadamente, 30 participantes
 - . elaborar, conjuntamente (se for o caso) o Relatório Municipal, no Interior e zonal, na Capital
 - . encaminhar à DERE o Relatório Municipal.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ ENCONTRO "OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"

TEXTO

TEXTO ORGANIZADO ESPECIALMENTE PARA O ENCONTRO DOS EDUCADORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E OS DAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES ("OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"), RESUMINDO-SE DESPRETENSIOSAMENTE, MAS COM INTENÇÃO COOPERATIVA, ALGUNS TÓPICOS E IDÉIAS DA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (ANDE) QUE SERÁ DISTRIBUÍDA COM TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS PARA UM MAIOR APROFUNDAMENTO DOS ASSUNTOS DURANTE O ANO LETIVO DE 1985.

OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA

INTRODUÇÃO

Há uma acusação já histórica de que a Educação dada ao povo brasileiro através da Escola Pública é insuficiente na quantidade de vagas ofertadas, má na qualidade de seu desempenho e frustrada na consecução de seus objetivos e fins.

Em 1932, Anísio Teixeira juntamente com outros educadores brasileiros denunciou o problema e entregou ao público o "Manifesto dos Pioneiros". Também os diagnósticos dos Planos de Educação elaborados por órgãos das administrações federal, estadual e municipal convergem na mesma constatação negativa: o fracasso da Escola Pública.

No início deste ano de 1985, encontramos-nos reunidos, servidores da Escola Pública cearense, para ouvir nossa Escola e interrogamo-nos: a denúncia de tal situação é ainda verdadeira quanto à Educação Pública no Ceará, sob nossa responsabilidade, ou não passaria de um discurso pessimista de intelectuais com mania de crítica e perfeccionismo? Ou será que podemos até admitir o estado da questão, mas só num nível imponderável, abstrato, metafísico, mas que não atinge de fato a nossa Secretaria, a nossa DERE, o nosso município, a nossa Escola? Se, porém, nos encontramos diante da verdade,

indagamo-nos mais uma vez: quem é responsável por tal situação e a quem compete dar a solução?

Não é nenhuma novidade dizer que a informática está nas preocupações dos brasileiros. Por que não usamos alguns indicadores e verificamos a situação da Unidade Escolar onde trabalhamos? Talvez não tenhamos nos detido suficientemente na especificidade, objetividade e produtividade de nosso trabalho profissional a serviço de uma causa e sejamos surpreendidos com estes questionamentos: afinal de contas, qual o papel específico da Escola, para quem estamos trabalhando? qual o resultado do nosso trabalho? Uma sugestão: passamos o ano inteiro avaliando os alunos, por que não nos avaliamos também agora? Por que não iniciamos, hoje, um trabalho de reflexão sobre a Educação Pública e de avaliação interligado ao dos alunos e da Escola, que se estenda durante todo este ano de tanta expectativa de mudança?

Talvez fosse um absurdo imaginar a hipótese de uma reversão de posição de julgamento e os alunos, os pais, a comunidade pudessem nos avaliar francamente com todas as consequências para nossa vida profissional.

Vamos ouvir a preocupação e as opiniões de muitos colegas educadores daqui e de alguns educadores brasileiros que debateram frontamente o problema da Educação Pública brasileira na "Revista da Associação Nacional de Educação" (ANDE).

O presente texto contém apenas alguns tópicos e toques referenciais que poderiam nos levar a um maior aprofundamento no nosso contexto escolar, durante o ano, com a ajuda da Revista ANDE e/ou de outra fonte bibliográfica conhecida por educadores no Ceará.

QUESTIONAMENTOS

QUESTÃO Nº 1: O ALUNO APRENDE NA ESCOLA PÚBLICA?

Ana Maria Poppovic comenta que o fracasso escolar é o problema mais agudo e mais sério da educação brasileira que talvez a poucos preocupe. É um problema complexo, crônico, histórico, antidemocrático atingindo maciçamente as crianças das famílias pobres e cruel, afastando as crianças que mais precisam; humilhante, rotulando os alunos incapazes de aprender a "sabedoria" da escola, antieconômico e caro para a família que arca com as despesas e para o governo que tem um custo-aluno altíssimo e inútil, às custas de nós todos contribuintes.

Será que sabemos os custos da Escola Pública? A espantosa realidade do fracasso escolar é repetida constantemente pelas estatísticas oficiais e públicas. O analfabetismo fora e, às vezes, dentro da própria escola tem implicações sérias nas condições humanas, sociais, culturais e econômicas das pessoas com a seqüela negativa da ignorância, da doença, da baixa qualidade de

vida, da impossibilidade de atingir um padrão mais digno, a marginalização das forças culturais de transformação e produção.

Há mais de quatro décadas (desde 1942), 60% das crianças brasileiras repetem a 1.^a série não conseguindo promover-se para a 2.^a série. Por quê?

Quais as perdas escolares de nossa Escola? E os aprovados estão realmente preparados?

QUESTÃO Nº 2: QUAIS AS CAUSAS DO FRACASSO ESCOLAR?

Diante da realidade chocante do insucesso escolar, educadores e pesquisadores em educação passaram a se preocupar com o problema que foi abordado de diversas maneiras.

1. Numa certa época o fracasso escolar era considerado um **fato psicológico e individual**, um problema de responsabilidade de cada criança que, infelizmente, não queria aprender ou não possuía as habilidades necessárias para ser um bom aluno. Não aprendia porque era malcomportada, muito desligada, sem memória, sem inteligência (burra), com problemas mentais, sensoriais ou neurológicos ou desajustada afetivamente.

2. Depois, durante a década de 60, ocorreram mudanças e novidades no pensamento educacional e o fracasso escolar passou a ser visto como um **fato social**, isto é, o fracasso escolar era maciço entre as populações pobres.

É a criança pobre que fracassa, logo, a pobreza é responsável pelo fracasso escolar. Mas, essa hipótese continua apontando, ainda, para um só culpado: o aluno que vem de uma família pobre, despreparado para os padrões exigidos pela escola. Bem diferente daquele dos lares favorecidos economicamente, recebendo incentivos constantemente, inclusive o chamado “currículo oculto”.

3. Existe outra linha de pensamento que tenta a união entre o **enfoque social** mencionado e o **enfoque institucional**, avaliando corajosamente a Escola Pública, seus valores, seus métodos, seus critérios, sua didática, sua organização administrativa, sua seriedade, sua honestidade, seu compromisso com o povo. Esta linha de pensamento coloca que o fracasso escolar é o resultado de um inter-relacionamento mal-sucedido entre o aluno que provém de determinados meios sociais e a Escola. É preciso que a escola entenda o seu papel social e sua função numa sociedade de grupos muito diversificados. É hora de mudança, de rever-se o papel da escola pública, a quem ela está servindo, suas normas e práticas prejudiciais, critérios absurdos de avaliação, programas mal dosados e sem sequência, currículos desconexos e inconseqüentes, professores despreparados e descomprometidos com a Educação do povo, medidas administrativas impensadas, e autoritárias, e assim por diante.

Sendo o fracasso escolar um problema complexo, os debatedores da Revista ANDE, Regina Leite Garcia, Teresa Roserley da Silva, Maria Aparecida Gerson Zanetta, Cléa Nudelman e Maria Célia Campos, apontaram alguns pontos críticos que abrem caminhos, para as causas desse fracasso. Seriam: a) qualidade do ensino ofertado; b) as classes heterogêneas; c) merenda escolar; d) as férias. Quais as outras causas?

a) QUALIDADE DO ENSINO

O que se entende por qualidade do ensino? Em que a Escola Pública difere da Particular?

A Escola fundamental, primária, hoje chamada de 1.^o Grau, sempre foi elitista, destinada às classes médias para cima. Entretanto, pela pressão das classes trabalhadoras, foi obrigada a se abrir para elas, verificando-se uma mudança qualitativa e quantitativa. Qualitativa, porque a qualidade do alunado mudou e quantitativa, porque a quantidade de alunos aumentou. Esses alunos, qualitativamente diferentes e quantitativamente mais numerosos, deixaram a escola confusa e perplexa. Não sabendo lidar com estes alunos diferentes, projetou neles a sua incompetência e passou a chamá-los de incompetentes.

Cada grupo sócio-econômico-cultural estabelece critérios específicos de qualidade que possam atender a seus interesses específicos. Qualidade para a classe dominante é uma, para a classe dominada é outra.

A qualidade para a classe dominante visa a manter a sua capacidade de dominação e para a classe dominada visa a instrumentalizá-la para a sua libertação.

b) CLASSES HETEROGÊNEAS

As classes devem ser homogêneas ou heterogêneas?

Os favoráveis à composição homogênea defendem que tanto os alunos os professores trabalham em condições satisfatórias, obtendo melhor rendimento. Os que defendem a organização heterogênea argumentam que o agrupamento heterogêneo, embora possa sacrificar mais o professor, é um benefício para os alunos "fracos" de vez que podem beneficiar-se do auxílio e estímulo dos colegas "fortes". Entretanto, a prática mostra que a formação de classe homogêneas, nas atuais condições das escolas e dos professores de 1.^o grau, é medida contraditória. Sabe-se, por exemplo, que o agrupamento de classes fortes e fracas tem resultado num processo seletivo no interior da escola pelo qual os alunos fortes acabam se distanciando cada vez mais dos fracos, em virtude do baixo aproveitamento escolar destes. Tal distanciamento resulta de que os alunos fracos são duplamente castigados: formadas por alunos fracos, rotulados desde o início do ano letivo como incapazes, deficientes, fracassados,

contra os quais se criam uma série de predisposições negativas que terminam por confirmar as expectativas criadas a seu respeito, além de ser confiadas sempre aos professores mais inexperientes, incapazes de superar as próprias deficiências e as dos alunos.

Qualquer que seja o tipo de agrupamento escolhido pela escola, sua efetividade depende da adoção de um conjunto de medidas que lhe sejam complementares e o problema deve ser colocado num quadro mais geral e complexo.

c) A MERENDA ESCOLAR

São comuns as declarações de médicos, educadores e psicólogos em que, de maneira dogmática e simplista, colocam a desnutrição como responsável pelo fracasso escolar das crianças. Exime-se assim o Sistema Educacional da responsabilidade pelas altas taxas de fracasso dos alunos. Assim, todo o problema de melhoria do ensino fica quase dependente, apenas, de uma alimentação adequada.

Pode-se acreditar, seriamente, que a merenda escolar consiga suprir as necessidades nutricionais diárias de um aluno, e, em consequência, erradicar a desnutrição e o fracasso escolar?

A desnutrição e outras variáveis integram um complexo de doença social e concorrem para o fracasso escolar.

d) AS FÉRIAS

Criança aplicada merece férias, e escola deficiente merece férias? Qual o significado das "Férias" para os professores, para a família e para os alunos? Como passam as férias os professores? E os alunos? Há algum prejuízo para os alunos? Uma escola à qual faltam recursos humanos e materiais para aquilo que lhe é essencial, específico, ou seja, o ensino pode ser bem-sucedido em uma programação de férias, seja de lazer, seja de recuperação?

Todo trabalhador tem direito ao descanso anual, mas tem também direito a condições que permitam realizar seu trabalho a contento e a bons salários. Isso não se conquista, trabalhando menos (enrolando) ou tendo mais férias, e sim com trabalho sério na escola, na sala de aula, com organização, união de classe e luta.

A SAÍDA PROPOSTA

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO — SABER, SABER FAZER, SABER SER

Teoricamente, segundo José Carlos Libâneo, a formação do educador escolar abrange três aspectos: o saber, o saber fazer e o saber ser. Na prática,

no entanto, raramente, essas dimensões andaram juntas. A Escola tradicional, antiga, acentuou o **saber intelectual**, enquanto a Escola Renovada preferiu o **saber técnico**. O deslocamento da ênfase só para o **saber político** mal interpretado tem levado o educador, freqüentemente, a negligenciar o específico do ensino escolar: **o saber e o saber fazer**.

A incompetência no domínio do conteúdo, no uso de recurso e de método de trabalho compromete seriamente a imagem do educador.

Tornar nossa prática ineficiente põe em risco os próprios fins políticos dessa prática. Mas, também, uma prática vem o saber como consciência, sem compromisso político de uma escola boa para o povo, pouco se sustentará na sua ingenuidade.

Não podemos contar com o sucesso de nossa pedagogia com atitudes parciais: só saber — ou, só saber fazer — ou só saber ser. Seria a fragmentação da ação pedagógica, comprometendo seu caráter de totalidade e mutualidade, resultando em falsas soluções e transferência de responsabilidade.

Quais, então, as saídas no rumo de uma perspectiva integradora de saber para uma pedagogia social que possa melhorar nossa Escola Pública no Ceará? Que é concretamente "Democratização do Ensino".

Mesmo lidando com as contradições de uma sociedade de classe, capitalista, competitiva, quais as possibilidades de um exercício completo pedagógico, psicossocial e político em nossa escola, em nossa sala de aula?

Se somos humanos, somos incompletos, contingentes, contraditórios, mas sabemos que podemos nos completar nos outros, sobretudo no trabalho transcender nossas limitações, tornar-nos conscientes, mutáveis, seguros, coerentes, convergentes, ou pelo menos tornar-nos esperançosos de uma Escola Pública melhor, bastando para isso que haja competência e integração de nosso trabalho na Escola, união da categoria de educadores, em síntese **compromisso com uma ação, com a Educação**.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
ENCONTRO "OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"

QUADRO DE PARTICIPANTES
NÚMERO DE PROFESSORES, ESPECIALISTAS EXISTENTES NAS ESCOLAS
E OUTROS PARTICIPANTES DO ENCONTRO
"OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA" – 1985

DERES	EXISTENTES		PARTICIPANTES DO ENCONTRO OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA					TOTAL
	N.º PROFESSORES	N.º ADMINISTRADORES	PROFESSORES	DIRETORES	SUPERVISORES	OUTROS		
Fortaleza – Capital	8.370	468	3.176	170	138	77	3.561	
Fortaleza – Interior	2.070	174	...	...	...	...	...	
Cratêus	342	78	475	21	05	—	501	
Crato	754	138	679	42	15	15	751	
Iguatu	436	66	511	40	10	28	589	
Juazeiro do Norte	1.640	237	1.136	41	12	64	1.253	
Limoeiro do Norte	428	126	594	31	01	09	635	
Quixadá	638	90	508	27	06	21	562	
Russas	609	90	499	33	06	19	557	
Senador Pompeu	227	60	148	12	—	—	160	
Sobral	1.566	219	1.155	69	11	55	1.290	
Taubá	246	36	140	08	04	04	156	
Tianguá	305	54	289	15	02	40	346	
Itapipoca	486	96	696	38	05	54	793	
Itô	255	69	342	20	—	25	387	
TOTAL	18.372	2.001	10.348	567	215	411	11.541	

OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA” QUESTÕES

1. O aluno aprende na escola pública? E os aprovados estão realmente preparados? O que é alguém preparado?
2. O que você entende por ensino de boa qualidade? Em que neste aspecto a escola pública é diferente da escola particular?
3. As classes devem ser homogêneas? Como solucionar a questão da classe heterogênea no dia-a-dia do trabalho escolar?
4. Será a desnutrição responsável pelo fracasso escolar?
5. Quando a escola é boa? O que você acha de ruim na escola? Como gostaria que a escola fosse? Como se poderia participar para melhorar a escola pública? Como e em que a Secretaria, a DERE e a Escola poderiam contribuir para melhorar a qualidade do ensino na escola pública do Ceará?

MODELO DE RELATÓRIO

ENCONTRO "OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"

4 e 6/2/85 – Fortaleza

22/2/85 – Interior

1. LOCALIZAÇÃO

1.1 DERE _____

1.2 MUNICÍPIO _____

1.3 ESCOLA SEDE _____

2. PARTICIPAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
N.º de Municípios	
N.º de Professores	
N.º de Supervisores	
N.º de Diretores	
OUTROS	
TOTAL	

3. OPINIÕES SOBRE OS QUESTIONAMENTOS

NÚMERO DE QUESTÕES	OPINIÕES	FREQUÊNCIA

CRONOGRAMA DE TRABALHO: "OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"
1.º ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

NÚMERO DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO			FEVEREIRO		
		16 4.a	17 5.a	23 4.a	4 2.a	6 4.a	22 6.a
01	Reunião de Delegacias	x					
02	Treinamento Pessoal SE e 1ª DERE (multiplicadores)		x				
03	Treinamento grupo SE e 1.a DERE			x			
04	Treinamento grupo DREs			x			
05	Encontro "Ouvindo a Escola Pública" (capital)				x	x	
06	Encontro "Ouvindo a Escola Pública" (interior)						x

ENCONTRO "OUVINDO A ESCOLA PÚBLICA"

Município: _____

Escola Sede: _____

Coordenador: _____

Número de Ordem	NOME LEGÍVEL	Função na Escola	Nome da Unidade Escolar onde Trabalha	Endereço Residencial	Bairro
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDE — Revista da Associação Nacional de Educação. Número Especial — Democratização e Ensino de 1º Grau. Cortez Editora, SP, 1983.
- CONVÊNIO SUDENE/FCPC — O comportamento institucional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 1980.
- DEMO, Pedro — Educação, Cultura e Política Social, FEPLAN, RS, 1980.
- FREIRE, Paulo — Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra, 3ª ed., RJ, 1975.
- CONTRERAS, Rolando Pinto — A Educação Pública Cearense Tem Alternativas?, 1984. mimeografado.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ — Plano Estadual de Desenvolvimento — PLANED, 1983-87.
- LIMA, Lauro de Oliveira — Piaget Para Principiantes, 2ª ed., summus editorial, SP, 1980.
- MACIEL, Marco — Discurso de posse como Ministro da Educação, 1985.
- MEC/CENAFOR — Ação Conjunta e Mudança Institucional, 1984.
- MEC/INEP — Em Aberto — Natureza e Especificidade da Educação, 1984
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — SG III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, 1980-85.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Plano Estadual de Educação, 1979-83
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Relatório dos Encontros Regionais, 1984.
- SUDENE — Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDE — Revista da Associação Nacional de Educação Número Especial — De
monstração e Ensino de 19 Graus, Cortes Editora, SP, 1983.
- GOVERNO SUBESTADO — O comportamento institucional da Secretaria
de Educação do Estado do Ceará, 1980.
- DEMO, Pedro — Educação, Cultura e Política Social, REPLAN, RJ, 1980.
- FRÉRE, Paulo — Pedagogia do Oprimido, Editora Paz e Terra, RJ, 1975.
- GOVERNADOR, Roberto Pinto — A Educação Pública Cearense Tem Altera
natureza, 1984 mimeografado.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ — Plano Estadual de Desenvolvimento —
PLANEJO, 1987/83.
- LIMA, Lúcio de Oliveira — Rêgim, Para Principantes, 2ª ed., número editorial,
SP, 1980.
- MACIEL, Manoel — O ensino de português como língua de Educação, 1985.
- MEC/CEARÁ — Ação Conjunta e Medidas Institucionais, 1984.
- MEC/NER — Em Aberto — História e Especificidade da Educação, 1984.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — SG III Plano Setorial de Edu
cação, Brasília, 1980/83.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Plano Estadual de Educação, 1979/83.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — Relatório das Atividades Regionais, 1984.
- SUBEST — Produção de Política Social para o Nordeste, Recife, 1983.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÕES
EDUCACIONAIS